



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição N° 334

Segunda-feira - 28 de setembro de 2009

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Antonio Carlos.....	1
Braço do Trombudo.....	1
Campo Alegre.....	2
Canoinhas.....	3
Chapadão do Lageado.....	20
Eral Velho.....	40
Forquilha.....	40
Gaspar.....	41
Herval D' Oeste.....	43
Imbituba.....	44
José Boiteux.....	47
Massaranduba.....	47
Monte Carlo.....	47
Paulo Lopes.....	47
Porto Belo.....	48
Porto União.....	51
Rio do Sul.....	53
São Lourenço do Oeste.....	54
São Pedro de Alcântara.....	63
Schroeder.....	63
Videira.....	64

Antonio Carlos

Prefeitura Municipal

Processo Licitatório N° 87/2009

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório: n° 87/2009; Modalidade: Pregão Presencial; Tipo: menor preço por item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a Contratação de empresa e/ou Entidade especializada para prestação de serviço de arbitragem e comissão julgadora de infrações disciplinares, para o Campeonato Municipal de Futsal e Futebol de Campo/Veterano, conforme descrito no edital e seus anexos; Entrega dos envelopes e abertura: dia 08/10/09 às 16:00 horas. Obtenção dos Editais e informações, no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, Praça Anchieta n° 10, Centro, Antônio Carlos, SC, das 7:30 as 11:30 e das 13:00 às 17:00 horas, fone (48)3272-1123.

Ou no site www.antoniocarlos.sc.gov.br

Antônio Carlos, 24 de setembro de 2009.

GERALDO PAULI
Prefeito Municipal

Braço do Trombudo

Prefeitura Municipal

Edital Processo Seletivo 003/2009

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N° 003/2009

Abre inscrições e baixa normas para seleção de Médico(a) (Clínico Geral) 20 horas semanais.

Com base na Lei Complementar n° 08/99 de 17/11/1999 e Lei Complementar n° 077/2009 de 19/08/2009, a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social resolve baixar normas para a realização de processo seletivo simplificado para a contratação de Médico(a) clínico geral, por prazo determinado, visando suprir necessidades até a realização do Concurso Público .

1 – Das Inscrições :

Período de 28/09/2009 a 07/10/2009

Local: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo – com Carlos no setor de Recursos Humanos .

Horário: das 8 hs as 12 hs e das 14 hs as 17 hs.

2- Requisitos :

- Ser brasileiro.
- Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- Estar em dia com o serviço militar.
- Apresentar diploma curso superior em Medicina.

3- Documentos :

- Cópia do diploma de curso superior em Medicina.
- Carteira de identidade, carteira de habilitação, CPF, título de leitor, e comprovante de votação das últimas eleições.
- Registro no CRM.
- Certidão de nascimento dos filhos.
- Certificado de horas de aperfeiçoamento devidamente registrado, relacionado com a área de atuação, contendo carga horária e período de realização.

4- Critérios :

- Especialização na área de atuação.
- Certificados de horas de aperfeiçoamento devidamente registrado, na área de atuação, sendo considerado 01 ponto a cada certificado acima de 16 (dezesesseis) horas aula.
- Para fins de desempate será considerado:
 - maior idade
 - número de dependentes.

5- A jornada de trabalho será de 20 horas semanais.

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Antoninho Tiburcio Gonçalves - Presidente • Edinando Brustolin - Diretor Executivo

Emerson Souto - Gerente de Tecnologias da Informação • Lucas Rossi - Diagramador • Tales Tombini - Diagramador

Praça XV de novembro, 270 - Centro - 88010-400 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800

contato@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

6- Vencimento:

O vencimento será de R\$ 3.200,00 (Três mil e duzentos reais) para o cargo de Médico (a) Clínico Geral .

7- Disposições finais

- a) A inscrição deverá ser feita pessoalmente ou por procuração e deverá ser revisada pelo candidato antes de assiná-la.
- b) O candidato selecionado que na hora da escolha não aceitar a vaga passará para o último lugar da listagem.
- c) A classificação dos candidatos será fixada no mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.
- d) Os candidatos serão chamados por ordem de classificação conforme disponibilidade de vagas.
- e) A seleção de que trata este edital terá validade até o próximo Concurso Público.
- f) Após a escolha da vaga vindo o candidato a desistir da mesma, não lhe será oferecida outra vaga.

6- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

7- Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Braço do Trombudo em 24 de Setembro de 2009
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

ROSANA BAADE LEONHARDT
Sec. Mun. de Saúde e Ass. Social

Edital Processo Seletivo 004/2009

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 004/2009

Abre inscrições e baixa normas para seleção de Enfermeiro (a).

Com base na Lei Complementar nº 008/98 de 17/11/98, a Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social resolve baixar normas para a realização de processo seletivo simplificado para a contratação de Enfermeiro (a) por prazo determinado.

1 – Das Inscrições :

Período de 28/09/2009 a 07/10/2009

Local: Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo – com Carlos no setor de Recursos Humanos.

Horário: das 8 hs as 12 hs e das 14 hs as 17 hs.

2- Requisitos :

- a) Ser brasileiro.
- b) Ter idade mínima de 18 (dezoito) anos.
- c) Estar em dia com as obrigações eleitorais.
- d) Estar em dia com o serviço militar.
- e) Apresentar diploma curso superior em Enfermagem.

3- Documentos :

- a) Cópia do diploma de curso superior em Enfermagem.
- b) Carteira de identidade, carteira de habilitação, CPF, título de leitor, e comprovante de votação das últimas eleições.
- c) Registro no COREN.
- d) Certidão de nascimento dos filhos.
- e) Certificado de horas de aperfeiçoamento devidamente registrado, relacionado com a área de atuação, contendo carga horária e período de realização.

4- Critérios :

- a) Especialização na área de atuação.
- b) Certificados de horas de aperfeiçoamento devidamente registrado, na área de atuação, sendo considerado 01 ponto a

cada certificado acima de 16 (dezesesseis) horas aula.

c) Para fins de desempate será considerado:

- a.1- maior idade
- b.2- número de dependentes.

5 – A jornada de trabalho será de 8 horas diárias e 40 horas semanais.

6- Vencimento:

O vencimento será de 2.137,67 (Dois mil cento e trinta e sete reais e sessenta e sete centavos) para o cargo de enfermeiro(a)

7- Disposições finais

- a) A inscrição deverá ser feita pessoalmente ou por procuração e deverá ser revisada pelo candidato antes de assiná-la.
- b) O candidato selecionado que na hora da escolha não aceitar a vaga passará para o último lugar da listagem.
- c) A classificação dos candidatos será fixada no mural da Prefeitura Municipal de Braço do Trombudo.
- d) Os candidatos serão chamados por ordem de classificação conforme disponibilidade de vagas.
- e) A seleção de que trata este edital terá validade até o próximo concurso público, para contratação de enfermeiro.
- f) Após a escolha da vaga vindo o candidato a desistir da mesma, não lhe será oferecida outra vaga.

6- Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social.

7- Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Braço do Trombudo em 24 de Setembro de 2009 .
VILBERTO MULLER SCHOVINDER
Prefeito Municipal

ROSANA BAADE LEONHARDT
Sec. Mun. de Saúde e Ass. Social

Campo Alegre

Prefeitura Municipal

Termo de Homologação da inscrição da empresa ECOCLIN, ao credenciamento Nº 26/2009

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE
CAMPO ALEGRE-SC

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE INSCRIÇÃO
PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2009

Considerando o DEFERIMENTO de inscrição pela Comissão de Aprovação, Análise e Deferimento do Requerimento do Processo De Credenciamento Nº 26/2009;

O Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre-SC, no uso de suas atribuições,

RESOLVE,
HOMOLOGAR a inscrição da empresa ECOCLIN CLINICA DE ECOGRAFIA, para a prestação dos seguintes exames especializados (em decorrência do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 26/2009, Credenciamento):

Código do procedimento	Descrição do procedimento	Tabela de Preço (R\$) por exame
02.05.02.004-6	ULTRASSONOGRRAFIA DE ABDÔMEN TOTAL (ABDÔMEN SUP. RETROPERITÔNIO, RINS E BEXIGA)	61,00
02.05.02.005-4	ULTRASSONOGRRAFIA DO APARELHO URINÁRIO (RINS,BEXIGA)	40,00
02.05.02.007-0	ULTRASSONOGRRAFIA DE BOLSA ESCROTAL	40,00
02.05.02.009-7	ULTRASSONOGRRAFIA DE MAMAS - BILATERAL	40,00
02.05.02.010-0	ULTRASSONOGRRAFIA DE PRÓSTATA (VIA ABDOMINAL)	40,00
02.05.02.012-7	ULTRASSONOGRRAFIA DE TIREÓIDE	40,00
02.05.02.014-3	ULTRASSONOGRRAFIA OBSTÉTRICA	44,00
02.05.02.018-6	ULTRASSONOGRRAFIA TRANSVAGINAL	55,00

Campo Alegre, 23 de setembro de 2009.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde de Campo Alegre

2ª Alteração ao Credenciamento Nº 26/2009

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE-SC

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2ª ALTERAÇÃO

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2009

EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS E/OU PROFISSIONAIS PREÇO DIFERENCIADO DA TABELA SUS

Considerando a Resolução do Conselho Municipal de Saúde nº 021 de 16 de setembro de 2009 (homologada pelo Decreto nº 5.819 de 19 de setembro de 2009), aprovando a alteração de alguns serviços (consultas e exames) constantes do Anexo I, parte integrante da Resolução do Conselho Municipal de Saúde, nº 017 de 31 de julho de 2009, que fixa os valores diferenciados a serem pagos pela contratação de exames/consultas médicas;

RESOLVE:

ALTERAR os valores de alguns serviços (consultas e exames) constantes da Tabela 1, do PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2009, EDITAL DE CREDENCIAMENTO DE CLÍNICAS E/OU PROFISSIONAIS PREÇO DIFERENCIADO DA TABELA SUS, conforme segue:

TABELA 1: CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS

Código do procedimento	Descrição do procedimento	Tabela de Preço (R\$) por consulta	Previsão de consumo mensal
03.01.01.007-2	CONSULTA EM CARDIOLOGIA *	50,00	10

* Valores fixados pela 2ª alteração do Edital.

TABELA 2: EXAMES

Código do procedimento	Descrição do procedimento	Tabela de Preço (R\$) por exame	Previsão de consumo mensal
02.11.02.006-0	TESTE ERGOMÉTRICO COM ESFORÇO *	150,00	5

* Valores fixados pela 2ª alteração do Edital.

As demais disposições do Edital de Credenciamento nº 26/2009 consolidado com a 1ª alteração permanecem inalteradas e em vigor, devendo o edital (consolidado com a 1ª alteração) ser consolidado com as alterações constantes deste Termo.

Campo Alegre, 25 de setembro de 2009.

DEODATO RAUL HRUSCHKA

Gestor do Fundo Municipal de Saúde

PIERRE ANDRADE DOS SANTOS

Assessor Jurídico

OAB 15.760

Canoinhas

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 228/2009

DECRETO Nº 228/2009

"HOMOLOGA INSCRIÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PREVISTO NO EDITAL Nº 015/2009"

LEOBERTO WEINERT, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município; Resolve:

HOMOLOGAR

Art.1º - Ficam homologadas as inscrições do processo seletivo simplificado para Contratação Temporária de profissionais para atuarem junto à Secretaria de Desenvolvimento Rural, nos cargos de Técnico Agrícola e Médico Veterinário, no Edital nº 015/2009, conforme relação dos candidatos em "anexo".

Art.2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art.3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de setembro de 2009.

LEOBERTO WEINERT

Prefeito

Este Decreto foi registrado e publicado na Secretaria Municipal de Administração e Finanças, em 23/09/2009.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CANOINHAS

PROCESSO SELETIVO EDITAL Nº 015/2009

TÉCNICO AGRÍCOLA – 01 VAGA

Nº Inscrição	Candidato
001	Humberto Henrique Bosse – CPF: 042.834.799-18
002	Fernando Jose Murara – CPF: 061.920.699-30
003	Mario Ezequiel Peixer – CPF: 629.905.949-49
004	Ademar Hilário dos Santos – CPF: 060.874.889-79
005	Renato Leandro – CPF: 599.976.489-00
006	Fernando Eduardo Perciak – CPF: 065.705.609-05
007	Marieli Engel – CPF: 071.135.819-27
008	José Antonio Schpanski – CPF: 044.904.699-00
009	Gilmar Dranka – CPF: 066.501.819-35
010	Adoniran José Kohler – CPF: 053.437.159-07
011	Ademir Muller Junior – CPF: 003.643.899-58
012	Edson Fuck – CPF: 050.783.449-69
013	Norberto José Voigt – CPF: 533.670.069-04
014	José Rogério Kaschuk – CPF: 691.989.429-72

015	Cristiano Ferreira Padilha – CPF: 072.234.659-05
016	Wilson Gross – CPF: 070.643.559-14
017	Sidnei Nardini – CPF: 061.955.179-84

MÉDICO VETERINÁRIO – 01

Nº Inscrição	Candidato
001	João Tiago de Souza – CPF: 036.799.319-80
002	Giane Helenita Pontarolo – CPF: 042.691.509-71
003	Carlos André Kalinoski – CPF: 038.941.739-47
004	Fernando Rosa Fontana – CPF: 024.590.759-95
005	Cristiano Daniel Fritzen – CPF: 027.758.209-13
006	Deborah Daum Machado – CPF: 009.028.399-69
007	Rafaelle Cristhine Zibell – CPF: 005.875.739-29
008	Jaqueline Hanoff Pilon – CPF: 061.472.849-59
009	Marlussi Cristine Tamasoni Fischer – CPF: 057.041.229-30
010	Edelson Ilg Junior – CPF: 052.685.109-08

011	Silvana Aparecida Fritz – CPF: 053.359.719-67
012	Delcio Alberto Kohler – CPF: 052.668.619-75
013	Silvestre José Nadrovski – CPF: 052.190.839-61
014	Willian Wagner Baumann – CPF: 057.707.109-26
015	Elton Luis Pereira da Silveira – CPF: 041.144.219-80
016	Debora Raquel Koch – CPF: 030.106.809-70
017	Ely Clelia Ferreira Alves – CPF: 029.302.029-98
018	Karla Johelyn Koslow – CPF: 036.817.459-00
019	Rafael Blossfeld – CPF: 041.578.409-33
020	Rolf Guenze – CPF: 043.346.779-75
021	Thaísa Grasielle Radin Magalhães Teles – CPF: 026.290.099-80
022	Cesar Benetti – CPF: 063.021.709-23
023	Artur André Cardoso Bertol – CPF: 036.560.019-95

Relatório resumido de execução orçamentária do 4º bimestre de 2009 e relatório de gestão fiscal 2º quadrimestre 2009

Município de CANOINHAS - Poder Executivo
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS

RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

Até o 2º Quadrimestre de 2009

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	25.242.211,27	47,58
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	28.647.176,56	54,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	27.214.817,74	51,30
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-5.214.589,43	-9,83
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	63.660.392,36	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	11.671.071,93	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	8.488.052,32	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	3.713.522,89	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	#,##0.00	6.062.805,80

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - Poder Executivo
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR
	(a)	NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	25.728.076,17	59.165,61
Pessoal Ativo	22.855.896,56	190,61
Pessoal Inativo e Pensionista	1.650.582,70	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	1.221.596,91	58.975,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	25.728.076,17	59.165,61
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	25.787.241,78	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	53.050.326,97	
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	48,61	
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 54%	28.647.176,56	
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 51,3%	27.214.817,74	
FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	2.630.269,15	2.117.583,44	1.890.859,80	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.968.277,19	1.523.243,92	1.349.044,38	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	1.968.277,19	1.523.243,92	1.349.044,38	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	661.991,96	594.339,52	541.815,42	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	661.991,96	594.339,52	541.815,42	0,00
Previdenciárias	661.991,96	594.339,52	541.815,42	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	7.912.903,45	9.723.112,84	9.386.187,58	—
Ativo Disponível	8.164.864,02	9.704.247,29	9.386.350,80	0,00
Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	284.848,06	14.021,94	33.050,71	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-5.282.634,30	-7.605.529,40	-7.495.327,78	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	51.942.370,82	52.146.952,52	53.050.326,97	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	5,06%	4,06%	3,56%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-10,17%	-14,58%	-14,13%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	62.330.844,98	62.576.343,02	63.660.392,36	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2009

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	51.942.370,82	52.146.952,52	53.050.326,97	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	11.427.321,58	11.472.329,55	11.671.071,93	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	53.050.326,97	—
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (Ia)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	8.488.052,32	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	3.713.522,89	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (Ia + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 23/09/2009

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
**DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE**
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	36.547.000,00	36.547.000,00	23.419.309,38	64,08
Impostos	5.350.000,00	5.350.000,00	3.786.245,80	70,77
Imposto s/ Propriedade Predial e Territ. Urbana	1.900.000,00	1.900.000,00	1.511.309,76	79,54
Imposto s/Transm Inter Vivos de Bens Moveis e Dir	400.000,00	400.000,00	313.593,67	78,40
Imposto s/ Servicos de Qualquer Natureza	2.500.000,00	2.500.000,00	1.640.013,84	65,60
Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza - IRRF	550.000,00	550.000,00	321.328,53	58,42
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	1.052.000,00	1.052.000,00	648.607,74	61,65
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	232.000,00	232.000,00	13.178,34	5,68
Dívida Ativa dos Impostos	600.000,00	600.000,00	470.686,88	78,45
Multas, Juros de Mora, Atual. Mon. e Outros Enc. da Div. Ativa dos Imp.	220.000,00	220.000,00	164.742,52	74,88
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	30.145.000,00	30.145.000,00	18.984.455,84	62,98
Da União	13.665.000,00	13.665.000,00	8.898.630,85	65,12
Cota-Parte do Fundo de Participacao dos Municipios	13.500.000,00	13.500.000,00	8.819.674,37	65,33
Cota-Parte do Imp. s/ a Propr. Territorial Rural	35.000,00	35.000,00	11.732,96	33,52
Transf. Financ. ICMS - Desoner - L.C. N° 87/96	130.000,00	130.000,00	67.223,52	51,71
Do Estado	16.480.000,00	16.480.000,00	10.085.824,99	61,20
Cota-Parte do ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	8.176.866,68	58,41
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	380.000,00	380.000,00	157.753,95	41,51
Cota-Parte do IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	1.751.204,36	83,39
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE - SUS (II)	3.444.058,36	3.444.058,36	2.826.864,21	82,08
Da União para o Município	2.464.735,64	2.464.735,64	1.940.934,69	78,75
Do Estado para o Município	160.138,72	160.138,72	253.800,52	158,49
Demais Municípios para o Município	25.000,00	25.000,00	15.505,00	62,02
Outras Receitas do SUS	794.184,00	794.184,00	616.624,00	77,64
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	31.528.125,00	31.528.125,00	13.169.706,93	41,77
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-6.029.000,00	-6.029.000,00	-3.780.125,64	62,70
TOTAL	65.490.183,36	65.490.183,36	35.635.754,88	54,41

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	9.633.326,15	11.838.702,83	7.516.977,70	63,49
Pessoal e Encargos Sociais	6.075.275,99	6.307.524,04	4.307.249,11	68,29
Outras Despesas Correntes	3.558.050,16	5.531.178,79	3.209.728,59	58,03
DESPESAS DE CAPITAL	549.192,20	2.133.109,70	288.963,76	13,55
Investimentos	549.192,20	2.133.109,70	288.963,76	13,55
TOTAL (IV)	10.182.518,35	13.971.812,53	7.805.941,46	55,87

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	10.182.518,35	13.971.812,53	7.805.941,46	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	3.444.058,36	6.011.656,65	2.692.956,51	34,50
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	3.444.058,36	6.011.656,65	2.692.956,51	34,50
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	6.738.459,99	7.960.155,88	5.112.984,95	65,50

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS			
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2009 (VI)		
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	159.036,91	2.755,00		
PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL <= >² [(V - VI) / I]		21,82		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	10.152.518,35	13.881.812,53	7.732.991,46	99,07
Vigilância Sanitaria	0,00	60.000,00	48.200,00	0,62
Vigilância Epidemiológica	30.000,00	30.000,00	24.750,00	0,32
TOTAL	10.182.518,35	13.971.812,53	7.805.941,46	100,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

CANOINHAS, 23/09/2009

Município de CANOINHAS
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS		
Previsão Inicial	—	65.490.183,36
Previsão Atualizada	—	65.490.183,36
Receitas Realizadas	8.816.752,36	35.635.754,88
Déficit Orçamentário	—	0,00
SalDOS de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)	—	5.265.127,47
DESPESAS		
Dotação Inicial	—	65.490.183,36
Créditos Adicionais	—	9.118.680,37
Dotação Atualizada	—	74.608.863,73
Despesas Empenhadas	8.390.131,81	44.189.041,70
Despesas Liquidadas	8.711.614,25	33.197.414,48
Superavit Orçamentário	—	2.438.340,40
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	8.390.131,81	44.189.041,70
Despesas Liquidadas	8.711.614,25	33.197.414,48
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL		Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida		53.050.326,97
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores		
Receitas Previdenciárias Realizadas (IV)	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)	0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)	0,00	0,00

RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		806.000,00	-2.212.693,48	-274,53
Resultado Primário		-5.592.800,00	2.982.748,07	-53,33
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	284.848,06	0,00	275.455,02	9.393,04
EXECUTIVO	284.848,06	0,00	275.455,02	9.393,04
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	3.838.101,40	5.142,08	1.150.958,25	2.682.001,07
EXECUTIVO	3.838.101,40	5.142,08	1.150.958,25	2.682.001,07
TOTAL:	4.122.949,46	5.142,08	1.426.413,27	2.691.394,11
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE		6.660.609,10	25%	28,44
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		5.832.153,71	60%	75,36
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receitas de Operações de Crédito			0,00	7.150.000,00
Despesa de Capital Líquida			3.045.545,39	16.942.901,88
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2009	2017	2027	2042
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			89.520,00	-19.520,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			55.000,00	198.478,37
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE		Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde		5.112.984,95	15,00	21,82

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	65.490.183,36	65.490.183,36	8.816.752,36	13,46	35.635.754,88	54,41	29.854.428,48
RECEITAS CORRENTES	57.120.183,36	57.120.183,36	8.212.052,36	14,38	35.009.034,88	61,29	22.111.148,48
RECEITA TRIBUTÁRIA	8.841.300,00	8.841.300,00	996.547,92	11,27	4.711.537,17	53,29	4.129.762,83
IMPOSTOS	5.350.000,00	5.350.000,00	843.670,37	15,77	3.786.245,80	70,77	1.563.754,20
TAXAS	3.291.300,00	3.291.300,00	152.877,55	4,64	925.291,37	28,11	2.366.008,63
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	200.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	200.000,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.910.000,00	1.910.000,00	309.352,77	16,20	798.315,07	41,80	1.111.684,93
CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
CONTRIBUICOES ECONOMICAS	1.900.000,00	1.900.000,00	309.352,77	16,28	798.315,07	42,02	1.101.684,93
RECEITA PATRIMONIAL	314.800,00	314.800,00	78.790,72	25,03	407.539,73	129,46	-92.739,73
RECEITAS IMOBILIARIAS	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	281.800,00	281.800,00	78.790,72	27,96	407.525,35	144,62	-125.725,35
RECEITA DE CONCESSÕES E PERMISSÕES	28.000,00	28.000,00	0,00	0,00	14,38	0,05	27.985,62
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	43.905.083,36	43.905.083,36	6.565.848,20	14,95	28.003.846,10	63,78	15.901.237,26
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	43.502.683,36	43.502.683,36	6.534.474,57	15,02	27.893.603,19	64,12	15.609.080,17
Transf. de Conv.	402.400,00	402.400,00	31.373,63	7,80	110.242,91	27,40	292.157,09
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	2.149.000,00	2.149.000,00	261.512,75	12,17	1.087.796,81	50,62	1.061.203,19
Multas e Juros de Mora	518.000,00	518.000,00	35.029,41	6,76	188.455,95	36,38	329.544,05
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	71.000,00	71.000,00	1.962,12	2,76	7.485,38	10,54	63.514,62
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	948.000,00	948.000,00	152.153,58	16,05	482.358,90	50,88	465.641,10
RECEITAS DIVERSAS	612.000,00	612.000,00	72.367,64	11,82	409.496,58	66,91	202.503,42
RECEITAS DE CAPITAL	8.370.000,00	8.370.000,00	604.700,00	7,22	626.720,00	7,49	7.743.280,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	7.150.000,00	7.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.150.000,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	7.150.000,00	7.150.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.150.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	67.500,00	96,43	89.520,00	127,89	-19.520,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	70.000,00	70.000,00	67.500,00	96,43	89.520,00	127,89	-19.520,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.150.000,00	1.150.000,00	537.200,00	46,71	537.200,00	46,71	612.800,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	1.150.000,00	1.150.000,00	537.200,00	46,71	537.200,00	46,71	612.800,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	65.490.183,36	65.490.183,36	8.816.752,36	13,46	35.635.754,88	54,41	29.854.428,48
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	65.490.183,36	65.490.183,36	8.816.752,36	13,46	35.635.754,88	54,41	29.854.428,48
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	65.490.183,36	65.490.183,36	8.816.752,36	13,46	35.635.754,88	54,41	29.854.428,48
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	5.265.127,47	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	65.490.183,36	9.118.680,37	74.608.863,73	8.390.131,81	44.189.041,70	8.711.614,25	33.197.414,48	44,50	41.411.449,25
DESPESAS CORRENTES	51.152.004,35	3.418.412,11	54.570.416,46	6.640.149,87	37.586.701,31	8.005.117,37	30.151.869,09	55,25	24.418.547,37
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	26.586.435,99	295.269,03	26.881.705,02	4.147.974,00	18.221.660,11	4.359.232,10	17.029.444,58	63,35	9.852.260,44
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.970.000,00	0,00	1.970.000,00	331.250,19	1.296.498,65	331.250,19	1.296.498,65	65,81	673.501,35
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	500.000,00	0,00	500.000,00	45.203,31	342.249,86	56.842,22	292.212,52	58,44	207.787,48
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	21.307.025,16	3.123.143,08	24.430.168,24	2.040.901,57	17.378.324,46	3.173.038,78	11.215.895,72	45,91	13.214.272,52
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	788.543,20	0,00	788.543,20	74.820,80	347.968,23	84.754,08	317.817,62	40,30	470.725,58
DESPESAS DE CAPITAL	14.238.179,01	5.750.268,26	19.988.447,27	1.749.981,94	6.602.340,39	706.496,88	3.045.545,39	15,24	16.942.901,88
INVESTIMENTOS	12.565.722,21	5.750.268,26	18.315.990,47	1.698.491,98	5.713.002,85	605.669,37	2.253.058,43	12,30	16.062.932,04
INVESTIMENTOS	228.456,80	0,00	228.456,80	22.795,41	43.343,16	24.051,61	43.246,46	18,93	185.210,34
INVERSOES FINANCEIRAS	130.000,00	0,00	130.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	130.000,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	1.314.000,00	0,00	1.314.000,00	28.694,55	845.994,38	76.775,90	749.240,50	57,02	564.759,50
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	-50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	65.490.183,36	9.118.680,37	74.608.863,73	8.390.131,81	44.189.041,70	8.711.614,25	33.197.414,48	44,50	41.411.449,25
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	65.490.183,36	9.118.680,37	74.608.863,73	8.390.131,81	44.189.041,70	8.711.614,25	33.197.414,48	44,50	41.411.449,25
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	2.438.340,40	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	65.490.183,36	9.118.680,37	74.608.863,73	8.390.131,81	44.189.041,70	8.711.614,25	35.635.754,88	44,50	41.411.449,25

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	65.490.183,36	74.608.863,73	8.390.131,81	44.189.041,70	8.711.614,25	33.197.414,48	100,00	44,50	41.411.449,25
Legislativa	2.600.000,00	2.600.000,00	386.730,15	1.498.629,02	386.730,15	1.498.629,02	4,51	57,64	1.101.370,98
Ação Legislativa	2.600.000,00	2.600.000,00	386.730,15	1.498.629,02	386.730,15	1.498.629,02	4,51	57,64	1.101.370,98
Administração	7.356.380,01	8.479.105,48	1.179.375,92	6.171.036,79	1.249.076,08	5.128.952,47	15,45	60,49	3.350.153,01
Planejamento e Orçamento	885.000,00	1.005.000,00	216.529,63	732.990,81	125.948,22	534.180,68	1,61	53,15	470.819,32
Administração Geral	6.471.380,01	7.474.105,48	962.846,29	5.438.045,98	1.123.127,86	4.594.771,79	13,84	61,48	2.879.333,69
Segurança Pública	560.000,00	671.647,31	27.921,83	228.829,63	48.561,74	177.008,29	0,53	26,35	494.639,02
Administração Geral	326.000,00	398.895,35	13.569,89	96.303,60	23.071,85	77.524,91	0,23	19,43	321.370,44
Policimento	234.000,00	272.751,96	14.351,94	132.526,03	25.489,89	99.483,38	0,30	36,47	173.268,58
Assistência Social	2.859.325,00	3.323.347,09	391.200,10	1.979.684,69	473.530,48	1.551.069,46	4,67	46,67	1.772.277,63
Assistência ao Idoso	0,00	150.718,25	24.235,04	132.208,73	23.487,04	118.636,72	0,36	78,71	32.081,53
Assistência à Criança e ao Adolescente	66.000,00	95.919,67	3.313,58	12.474,32	8.467,82	9.893,57	0,03	10,31	86.026,10
Assistência Comunitária	2.793.325,00	3.076.709,17	363.651,48	1.835.001,64	441.575,62	1.422.539,17	4,29	46,24	1.654.170,00
Saúde	10.182.518,35	13.971.812,53	1.665.818,16	9.706.697,90	2.158.180,88	7.805.941,46	23,51	55,87	6.165.871,07
Atenção Básica	10.152.518,35	13.881.812,53	1.665.818,16	9.633.747,90	2.109.980,88	7.732.991,46	23,29	55,71	6.148.821,07
Vigilância Sanitária	0,00	60.000,00	0,00	48.200,00	48.200,00	48.200,00	0,15	80,33	11.800,00
Vigilância Epidemiológica	30.000,00	30.000,00	0,00	24.750,00	0,00	24.750,00	0,07	82,50	5.250,00
Educação	19.242.160,00	21.348.498,18	2.613.595,92	14.346.965,84	2.866.334,06	11.031.829,45	33,23	51,67	10.316.668,73
Ensino Fundamental	14.411.160,00	15.985.558,03	1.997.502,70	11.042.008,17	2.246.501,06	8.904.527,02	26,82	55,70	7.081.031,01
Ensino Profissional	60.000,00	60.000,00	0,00	46.200,00	15.100,00	46.200,00	0,14	77,00	13.800,00
Ensino Superior	110.000,00	55.000,00	6.252,60	29.638,76	6.531,47	27.860,24	0,08	50,65	27.139,76
Educação Infantil	4.661.000,00	5.247.940,15	609.840,62	3.229.118,91	598.201,53	2.053.242,19	6,18	39,12	3.194.697,96
Cultura	387.000,00	387.000,00	42.136,25	189.181,02	53.325,73	158.933,71	0,48	41,07	228.066,29
Difusão Cultural	387.000,00	387.000,00	42.136,25	189.181,02	53.325,73	158.933,71	0,48	41,07	228.066,29
Urbanismo	3.051.500,00	2.967.038,73	206.196,27	1.899.969,80	503.038,03	1.398.823,87	4,21	47,15	1.568.214,86
Infra-estrutura Urbana	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	1.100.000,00	1.060.000,00	0,00	1.044.712,68	174.118,78	597.871,18	1,80	56,40	462.128,82
Energia Elétrica	1.901.500,00	1.907.038,73	206.196,27	855.257,12	328.919,25	800.952,69	2,41	42,00	1.106.086,04
Habitação	35.000,00	1.166.141,36	1.081.319,66	1.089.407,09	0,00	8.087,43	0,02	0,69	1.158.053,93
Habitação Urbana	35.000,00	1.166.141,36	1.081.319,66	1.089.407,09	0,00	8.087,43	0,02	0,69	1.158.053,93
Gestão Ambiental	510.000,00	520.000,00	39.220,31	201.585,99	35.803,74	168.570,99	0,51	32,42	351.429,01
Preservação e Conservação Ambiental	510.000,00	520.000,00	39.220,31	201.585,99	35.803,74	168.570,99	0,51	32,42	351.429,01
Agricultura	4.915.000,00	4.213.134,58	82.797,77	1.162.984,15	173.813,39	637.822,12	1,92	15,14	3.575.312,46
Extensão Rural	4.915.000,00	4.213.134,58	82.797,77	1.162.984,15	173.813,39	637.822,12	1,92	15,14	3.575.312,46
Comércio e Serviços	690.000,00	467.000,00	46.325,10	281.936,16	43.525,27	238.395,09	0,72	51,05	228.604,91
Promoção Comercial	590.000,00	465.000,00	46.622,09	280.233,15	43.525,27	238.395,09	0,72	51,27	226.604,91
Turismo	100.000,00	2.000,00	-296,99	1.703,01	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
Transportes	8.876.500,00	9.694.362,98	468.562,91	1.753.519,85	449.826,36	1.464.369,95	4,41	15,11	8.229.993,03
Transporte Rodoviário	8.876.500,00	9.694.362,98	468.562,91	1.753.519,85	449.826,36	1.464.369,95	4,41	15,11	8.229.993,03
Desporto e Lazer	360.800,00	1.025.775,49	71.305,87	628.412,78	68.750,03	579.781,97	1,75	56,52	445.993,52
Desporto Comunitário	360.800,00	1.025.775,49	71.305,87	628.412,78	68.750,03	579.781,97	1,75	56,52	445.993,52
Encargos Especiais	3.764.000,00	3.724.000,00	87.625,59	3.050.200,99	201.118,31	1.349.199,20	4,06	36,23	2.374.800,80
Serviço da Dívida Interna	1.814.000,00	1.814.000,00	73.897,86	1.188.244,24	133.618,12	1.041.453,02	3,14	57,41	772.546,98
Transferências	450.000,00	450.000,00	0,00	450.000,00	49.476,88	239.367,50	0,72	53,19	210.632,50
Outros Encargos Especiais	1.500.000,00	1.460.000,00	13.727,73	1.411.956,75	18.023,31	68.378,68	0,21	4,68	1.391.621,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	100.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
TOTAL (III) = (I + II)	65.490.183,36	74.608.863,73	8.390.131,81	44.189.041,70	8.711.614,25	33.197.414,48	100,00	44,50	41.411.449,25

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2009
	Set/2008	Out/2008	Nov/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Jul/2009	Ago/2009	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	4.371.629,32	4.756.340,21	4.630.407,84	6.075.532,33	4.588.821,48	4.028.236,20	5.944.742,96	4.597.274,17	5.392.652,42	5.161.392,94	4.567.786,67	4.508.253,68	58.623.070,22	63.129.183,36
RECEITA TRIBUTARIA	462.137,47	434.990,24	409.644,97	523.964,84	357.455,84	232.242,50	1.578.895,65	558.608,29	525.050,13	462.736,84	516.426,80	480.121,12	6.542.274,69	8.841.300,00
I.P.T.U.	76.210,24	73.804,33	72.450,77	88.510,55	173,58	2.393,93	914.362,08	193.455,55	129.611,16	86.047,09	96.624,57	88.641,80	1.822.285,65	1.900.000,00
I.S.S.	226.259,15	203.181,81	238.681,16	88.507,42	190.224,10	144.291,88	235.569,53	181.199,15	209.166,08	200.849,99	257.864,80	220.848,31	2.396.643,38	2.500.000,00
I.T.B.I.	41.282,78	51.955,66	21.418,81	50.569,90	26.863,37	26.390,44	33.649,26	42.671,84	42.569,67	43.731,30	45.479,88	52.237,91	478.820,82	400.000,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	37.909,99	33.326,81	51.037,00	35.674,38	25.914,50	55.492,75	26.626,89	55.346,21	321.328,53	550.000,00
Outras Receitas Tributárias	118.385,30	106.048,44	77.094,23	296.376,97	102.284,80	25.839,44	344.277,78	105.607,37	117.788,72	76.615,71	89.830,66	63.046,89	1.523.196,31	3.491.300,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	30.431,84	99.912,14	102.436,73	89.896,43	106.689,14	94.381,41	85.378,48	105.188,46	0,00	97.324,81	205.867,38	103.485,39	1.120.992,21	1.910.000,00
RECEITA PATRIMONIAL	49.131,00	41.034,33	53.163,68	62.701,45	63.283,50	54.366,92	59.077,61	61.257,67	47.626,57	43.136,74	40.919,32	37.871,40	613.570,19	314.800,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	3.673.203,65	4.055.631,42	3.968.083,13	5.017.123,64	3.957.264,62	3.539.423,76	4.040.959,68	3.745.599,00	4.650.817,30	4.420.071,19	3.704.388,30	3.725.447,89	48.498.013,58	49.914.083,36
Cota-Parte do F.P.M.	1.063.550,49	1.012.219,32	1.282.686,22	1.968.401,48	1.251.232,77	1.166.471,96	932.497,87	1.112.483,74	1.322.247,40	1.140.916,85	875.420,82	1.018.402,96	14.146.531,88	13.500.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	1.072.517,89	1.068.822,73	997.714,14	1.114.784,94	1.029.656,16	907.361,73	1.188.478,73	986.401,28	1.063.816,33	1.086.697,05	998.969,48	915.485,92	12.430.706,38	14.000.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	208.593,37	307.750,68	181.215,48	159.812,11	147.792,59	159.988,71	220.747,53	239.087,69	244.214,85	245.795,21	273.369,93	220.207,85	2.608.576,00	2.100.000,00
Cota-Parte do ITR.	1.115,12	27.355,67	3.551,12	571,48	448,74	0,00	2.253,81	3.809,08	1.659,00	2.283,59	473,26	805,48	44.326,35	35.000,00
Transferências da LC 61/1989	32.701,64	34.094,75	34.090,82	33.823,82	28.143,51	22.982,52	18.467,23	19.724,36	18.573,81	17.154,29	15.732,17	16.976,06	292.464,98	380.000,00
Transferências da LC 87/1996	8.691,96	8.691,96	8.691,96	8.691,96	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	8.402,94	101.991,36	130.000,00
Transferências do FUNDEB	863.255,79	959.492,39	973.207,10	955.022,18	1.117.106,38	943.130,70	944.003,48	741.467,95	1.142.691,24	986.242,90	897.787,96	938.727,76	11.462.135,83	12.000.000,00
Outras Transferências Correntes	422.777,39	637.203,92	486.926,29	776.015,67	374.481,53	331.085,20	726.108,09	634.221,96	849.211,73	932.578,36	634.231,74	606.438,92	7.411.280,80	7.769.083,36
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	156.725,36	124.772,08	97.079,33	381.845,97	104.128,38	107.821,61	180.431,54	126.620,75	169.158,42	138.123,36	100.184,87	161.327,88	1.848.219,55	2.149.000,00
DEDUÇÕES (II)	427.119,61	434.878,70	450.586,79	480.032,51	491.049,27	453.041,25	474.169,27	473.069,93	527.988,96	496.818,97	431.327,11	432.660,88	5.572.743,25	6.029.000,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	427.119,61	434.878,70	450.586,79	480.032,51	491.049,27	453.041,25	474.169,27	473.069,93	527.988,96	496.818,97	431.327,11	432.660,88	5.572.743,25	6.029.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	3.944.509,71	4.321.461,51	4.179.821,05	5.595.499,82	4.097.772,21	3.575.194,95	5.470.573,69	4.124.204,24	4.864.663,46	4.664.573,97	4.136.459,56	4.075.592,80	53.050.326,97	57.100.183,36

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	9.392,51	275.455,55	-	275.455,02	9.393,04	68.460,54	3.769.640,86	5.142,08	1.150.958,25	2.682.001,07
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	9.143,83	207.331,17	0,00	207.330,64	9.144,36	9.990,62	3.629.288,08	2.006,08	1.022.615,47	2.614.657,15
GABINETE DO PREFEITO	0,00	23.610,64	0,00	23.610,64	0,00	0,00	173,27	0,00	173,27	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE MEIO AMBIENTE	0,00	1.011,70	0,00	1.011,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DE OBRAS E DESENV. URBA	3.604,00	0,00	0,00	0,00	3.604,00	0,00	1.097.074,40	0,00	307.274,40	789.800,00
SECRETARIA MUNIC. DE PLANEJ. E ORÇAMENTO	1.782,00	9.100,54	0,00	9.100,54	1.782,00	0,00	61.827,50	0,00	16.884,00	44.943,50
SECRETARIA MUNIC. DESENV. RURAL	0,00	2.500,50	0,00	2.500,00	0,50	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA MUNIC. DESENV.ECONOMICO	0,00	253,80	0,00	253,80	0,00	0,00	623.718,35	0,00	0,00	623.718,35
SECRETARIA MUNIC.DES.SOCIAL E DA FAMILIA	0,01	21.356,20	0,00	21.356,17	0,04	0,00	1.077.873,09	0,00	0,00	1.077.873,09
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E F	0,00	11.827,05	0,00	11.827,05	0,00	0,00	35.690,70	1.586,08	8.945,37	25.159,25
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	3.640,12	0,00	0,00	0,00	3.640,12	5.537,52	0,00	0,00	0,00	5.537,52
SECRETARIA MUNICIPAL E EDUCAÇÃO	117,70	137.670,74	0,00	137.670,74	117,70	4.453,10	732.930,77	420,00	689.338,43	47.625,44
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.018,00	0,00	4.018,00	0,00
FUMREBOMPM DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.018,00	0,00	4.018,00	0,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.676,61	0,00	190,61	7.486,00
FUNDAÇÃO CULTURAL DE CANOINHAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.676,61	0,00	190,61	7.486,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482,25	0,00	482,25	0,00
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE CANOIN	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	482,25	0,00	482,25	0,00
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE CANOINHAS	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	12.997,70	37.263,39	0,00	35.875,39	14.385,70
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	25,00	0,00	0,00	0,00	25,00	12.997,70	37.263,39	0,00	35.875,39	14.385,70
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANOINHAS	223,68	68.124,38	0,00	68.124,38	223,68	45.472,22	90.912,53	3.136,00	87.776,53	45.472,22
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	223,68	68.124,38	0,00	68.124,38	223,68	45.472,22	90.912,53	3.136,00	87.776,53	45.472,22
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	9.392,51	275.455,55	0,00	275.455,02	9.393,04	68.460,54	3.769.640,86	5.142,08	1.150.958,25	2.682.001,07

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 30 Jun 2009 (B)	Em 31 Ago 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.630.269,15	1.967.635,70	1.890.859,80
DEDUÇÕES (II)	7.912.903,45	9.390.723,57	9.386.187,58
Ativo Disponível	8.164.864,02	9.379.195,43	9.386.350,80
Haveres Financeiros	32.887,49	32.887,49	32.887,49
(-) Restos a Pagar Processados	284.848,06	21.359,35	33.050,71
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-5.282.634,30	-7.423.087,87	-7.495.327,78
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-5.282.634,30	-7.423.087,87	-7.495.327,78

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2009 (C - A)
VALOR	-72.239,91	-2.212.693,48

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	806.000,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO			
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 30 Jun 2009 (B)	Em 31 Ago 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

Município de CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	56.838.383,36	8.133.261,64	34.601.509,53	33.681.572,04
Receita Tributária	8.841.300,00	996.547,92	4.711.537,17	4.758.536,40
I.P.T.U.	1.900.000,00	185.266,37	1.511.309,76	1.418.718,36
I.S.S.	2.500.000,00	478.713,11	1.640.013,84	1.747.716,16
I.T.B.I.	400.000,00	97.717,79	313.593,67	416.028,26
I.R.R.F.	550.000,00	81.973,10	321.328,53	320.379,46
Outras Receitas Tributárias	3.491.300,00	152.877,55	925.291,37	855.694,16
Receita de Contribuição	1.910.000,00	309.352,77	798.315,07	1.091.733,21
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	1.910.000,00	309.352,77	798.315,07	1.091.733,21
Receita Patrimonial Líquida	33.000,00	0,00	14,38	1.290,00
Receita Patrimonial	314.800,00	78.790,72	407.539,73	232.214,79
(-) Aplicações Financeiras	281.800,00	78.790,72	407.525,35	230.924,79
Transferências Correntes	43.905.083,36	6.565.848,20	28.003.846,10	26.447.816,90
F.P.M.	10.800.000,00	1.515.059,08	7.056.339,11	7.605.616,61
I.C.M.S.	11.200.000,00	1.531.564,35	6.543.307,79	6.553.499,82
Convênios	402.400,00	31.373,63	110.242,91	95.241,36
Outras Transferências Correntes	21.502.683,36	3.487.851,14	14.293.956,29	12.193.459,11
Demais Receitas Correntes	2.149.000,00	261.512,75	1.087.796,81	1.382.195,53
Dívida Ativa	948.000,00	152.153,58	482.358,90	400.409,12
Diversas Receitas Correntes	1.201.000,00	109.359,17	605.437,91	981.786,41
RECEITAS DE CAPITAL (II)	8.370.000,00	604.700,00	626.720,00	3.130.785,71
Operações de Crédito (III)	7.150.000,00	0,00	0,00	209.592,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	70.000,00	67.500,00	89.520,00	120.669,00
Transferências de Capital	1.150.000,00	537.200,00	537.200,00	2.800.524,71
Convênios	1.150.000,00	537.200,00	537.200,00	2.100.524,71
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	700.000,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	1.150.000,00	537.200,00	537.200,00	2.800.524,71
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	57.988.383,36	8.670.461,64	35.138.709,53	36.482.096,75
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
DESPESAS CORRENTES (VIII)	54.570.416,46	8.005.117,37	30.151.869,09	28.135.228,95
Pessoal e Encargos Sociais	28.851.705,02	4.690.482,29	18.325.943,23	16.719.025,22
Juros e Encargos da Dívida (IX)	500.000,00	56.842,22	292.212,52	321.263,01
Outras Despesas Correntes	25.218.711,44	3.257.792,86	11.533.713,34	11.094.940,72
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	54.070.416,46	7.948.275,15	29.859.656,57	27.813.965,94
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	19.988.447,27	706.496,88	3.045.545,39	4.294.998,38
Investimentos	18.544.447,27	629.720,98	2.296.304,89	3.285.812,85
Inversões Financeiras	130.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	130.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	1.314.000,00	76.775,90	749.240,50	1.009.185,53
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	18.674.447,27	629.720,98	2.296.304,89	3.285.812,85
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	50.000,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	50.000,00	-	-	-

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	72.794.863,73	8.577.996,13	32.155.961,46	31.099.778,79
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-14.806.480,37	92.465,51	2.982.748,07	5.382.317,96
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			5.265.127,47	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-5.592.800,00

FONTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADM E FINANÇAS

CANOINHAS, 23/09/2009

MUNICÍPIO DE CANOINHAS
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	6.402.000,00	6.402.000,00	1.019.186,96	4.434.853,54	69,27
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	2.650.000,00	2.650.000,00	338.353,98	2.084.381,51	78,66
1.1.1- IPTU	1.900.000,00	1.900.000,00	185.266,37	1.512.726,95	79,62
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	100.000,00	100.000,00	2.084,76	3.244,22	3,24
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	450.000,00	450.000,00	128.741,11	421.590,64	93,69
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	200.000,00	200.000,00	22.261,74	148.236,89	74,12
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	402.000,00	402.000,00	97.717,79	313.667,68	78,03
1.2.1- ITBI	400.000,00	400.000,00	97.717,79	313.593,67	78,40
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	2.000,00	2.000,00	0,00	74,01	3,70
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	2.800.000,00	2.800.000,00	501.142,09	1.715.475,82	61,27
1.3.1- ISS	2.500.000,00	2.500.000,00	478.713,11	1.640.013,84	65,60
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	130.000,00	130.000,00	5.498,28	9.860,11	7,58
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	150.000,00	150.000,00	13.975,47	49.096,24	32,73
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	20.000,00	20.000,00	2.955,23	16.505,63	82,53
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	550.000,00	550.000,00	81.973,10	321.328,53	58,42
1.4.1- IRRF	550.000,00	550.000,00	81.973,10	321.328,53	58,42
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	30.145.000,00	30.145.000,00	4.352.649,81	18.984.455,84	62,98
2.1- Cota-Parte FPM	13.500.000,00	13.500.000,00	1.893.823,78	8.819.674,37	65,33
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	13.500.000,00	13.500.000,00	1.893.823,78	8.819.674,37	65,33
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	##0,00	##0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	14.000.000,00	14.000.000,00	1.914.455,40	8.176.866,68	58,41
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	130.000,00	130.000,00	16.805,88	67.223,52	51,71
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	380.000,00	380.000,00	32.708,23	157.753,95	41,51
2.5- Cota-Parte ITR	35.000,00	35.000,00	1.278,74	11.732,96	33,52
2.6- Cota-Parte IPVA	2.100.000,00	2.100.000,00	493.577,78	1.751.204,36	83,39
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)	36.547.000,00	36.547.000,00	5.371.836,77	23.419.309,38	64,08

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO <input type="checkbox"/> ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.566.000,00	1.566.000,00	283.752,99	1.018.473,67	65,04
5.1- Transferências do Salário-Educação	1.050.000,00	1.050.000,00	174.151,71	716.046,47	68,19
5.2- Outras Transferências do FNDE	516.000,00	516.000,00	109.601,28	302.427,20	58,61
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	900.000,00	900.000,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	15.000,00	15.000,00	17.132,39	83.911,85	559,41
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	2.481.000,00	2.481.000,00	300.885,38	1.102.385,52	44,43

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	6.029.000,00	6.029.000,00	863.987,99	3.780.125,64	62,70
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.700.000,00	2.700.000,00	378.764,70	1.763.335,26	65,31
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	2.800.000,00	2.800.000,00	382.891,05	1.633.558,89	58,34
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	26.000,00	26.000,00	3.361,16	13.444,64	51,71
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	76.000,00	76.000,00	0,00	17.472,32	22,99
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	7.000,00	7.000,00	255,72	2.346,47	33,52
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	420.000,00	420.000,00	98.715,36	349.968,06	83,33
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	12.030.000,00	12.030.000,00	1.841.164,21	7.739.344,43	64,33
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	12.000.000,00	12.000.000,00	1.836.515,72	7.711.158,37	64,26
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	30.000,00	30.000,00	4.648,49	28.186,06	93,95
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	5.971.000,00	5.971.000,00	972.527,73	3.931.032,73	65,84

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	9.600.000,00	9.610.020,98	1.593.912,14	5.832.153,71	60,69
13.1- Com Educação Infantil	1.200.000,00	1.200.000,00	236.710,21	505.336,27	42,11
13.2- Com Ensino Fundamental	8.400.000,00	8.410.020,98	1.357.201,93	5.326.817,44	63,34
14- OUTRAS DESPESAS	2.430.000,00	2.380.000,00	287.888,10	1.057.901,81	44,45
14.1- Com Educação Infantil	445.000,00	395.000,00	43.407,88	75.028,88	18,99
14.2- Com Ensino Fundamental	1.985.000,00	1.985.000,00	244.480,22	982.872,93	49,52
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	12.030.000,00	11.990.020,98	1.881.800,24	6.890.055,52	57,46

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO

VALOR

16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %	75,36

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE

VALOR

20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2008 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	10.020,98
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009 *	10.020,98

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ^a	9.136.750,00	9.136.750,00	1.342.959,19	5.854.827,35	64,08
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	3.505.000,00	4.435.915,89	581.814,87	2.021.535,16	45,57
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.645.000,00	1.595.000,00	280.118,09	580.365,15	36,39
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.860.000,00	2.840.915,89	301.696,78	1.441.170,01	50,73
24- ENSINO FUNDAMENTAL	12.943.160,00	13.541.101,29	2.018.274,10	7.767.588,90	57,36
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	10.385.000,00	10.395.020,98	1.601.682,15	6.309.690,37	60,70
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	2.558.160,00	3.146.080,31	416.591,95	1.457.898,53	46,34
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	110.000,00	55.000,00	6.531,47	27.860,24	50,65
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	16.558.160,00	18.032.017,18	2.606.620,44	9.816.984,30	54,44

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL

VALOR

30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	3.089.887,92
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)	28.186,06
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	10.020,98
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ^c	—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)	420,00
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)	3.128.514,96
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))	6.660.609,10
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %	28,44

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	1.050.000,00	1.488.622,97	79.072,54	384.920,40	25,86
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.574.000,00	1.717.858,03	165.466,08	777.449,16	45,26
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	2.624.000,00	3.206.481,00	244.538,62	1.162.369,56	36,25
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	19.182.160,00	21.238.498,18	2.851.159,06	10.979.353,86	51,70
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2009 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	271,48		420,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS			VALOR		
			FUNDEB (h)	FUNDEF	
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008			128.108,00	0,00	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			7.711.158,37	0,00	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			7.538.135,15	0,00	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			28.186,06	0,00	
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL			329.317,28	0,00	

CANOINHAS, 23/09/2009

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 10.020,98, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Chapadão do Lageado

Prefeitura Municipal

Portaria Nº 362/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
P O R T A R I A Nº 362/2009

- CONSIDERANDO, o atestado médico da servidora Luana Franz de Oliveira:

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com artigo 64 da Lei Complementar 008 de 23.12.99,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde a Luana Franz de Oliveira, professora ACT 40 horas, no Centro Educacional Teobaldino Rosa Correia, na Secretaria Municipal da Educação Cultura e Esportes, pelo período de 09 (nove) dias, conforme Atestado Médico, a partir de 22.09.09 a 30.09.09.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 22.09.09.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de setembro de 2009.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 080/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 080/2009

Número do contrato: 080/2009

Vigência: 28/09/2009 à 31/12/2009

Contratante: Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado

Contratado/Credenciado: F M PNEUS LTDA

Valor: R\$ 2.940,00 (dois mil novecentos e quarenta reais)

Objeto: O presente Contrato consiste na contratação de serviços de recapagem de pneus dos veículos e equipamentos da secretaria de obras transporte e serviços urbanos e da secretaria da educação cultura e esporte deste município.

Chapadão do Lageado (SC), 28 de Setembro de 2009.

JOSE BRAULIO INACIO

Prefeito Municipal

RGF Anexo I

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RGF – ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	2.804.857,95	0,00
Pessoal Ativo	2.804.857,95	0,00
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	2.804.857,95	0,00
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)	2.804.857,95	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)		6.394.521,67
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100		43,86
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art.20 da LRF) - 60%		3.836.713,00
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) - 57%		3.644.877,35
FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA		

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64.

RGF Anexo II

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009

RGF – ANEXO II (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b")

R\$ 1,00

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	200.649,00	200.649,00	183.150,32	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	200.649,00	200.649,00	183.150,32	0,00
Dívida Contratual de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	200.649,00	200.649,00	183.150,32	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (Inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	410.987,54	480.548,81	588.914,41	—
Ativo Disponível	501.029,99	574.387,06	530.694,91	0,00
Haveres Financeiros	0,00	160.000,00	300.000,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	90.042,45	253.838,25	241.780,50	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	-210.338,54	-279.899,81	-405.764,09	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	5.788.683,17	5.802.438,45	6.394.521,67	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,47%	3,46%	2,86%	0,00%
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	-3,63%	-4,82%	-6,35%	0,00%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	6.946.419,80	6.962.926,14	7.673.426,00	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

CÁLCULO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
OBRIGAÇÕES NÃO INTEGRANTES DA DC	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RGF Anexo III

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2009

RGF – Anexo III (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º)

R\$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	5.788.683,17	5.802.438,45	6.394.521,67	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	1.273.510,30	1.276.536,46	1.406.794,77	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2009		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RGF Anexo IV

Município de Chapadão do Lageado - Poder Executivo
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF – ANEXO IV (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c")

R\$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (I)	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Derivadas de PPP	0,00	0,00
Demais Aquisições Financiadas	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Abertura de Crédito	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita	0,00	0,00
Pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Demais Antecipações de Receita	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Outras Operações de Crédito	0,00	0,00
NÃO SUJEITAS AO LIMITE PARA FINS DE CONTRATAÇÃO (II)	0,00	0,00
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00
Melhoria da Administração de Receitas e da Gestão Fiscal, Financeira e Patrimonial	0,00	0,00
Programa de Iluminação Pública - RELUZ	0,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.394.521,67	—
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (Ia)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	1.023.123,47	16,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	447.616,52	7,00
TOTAL CONSIDERADO PARA CONTRATAÇÃO DE NOVAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (III) = (Ia + IIa)	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RGF Anexo V

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R\$ 1,00

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	530.694,91	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	372.242,79
Caixa	0,00	Depósitos	130.462,29
Bancos	530.694,91	Restos a Pagar Processados	241.780,50
Conta Movimento	530.162,68	Do Exercício	236.658,22
Contas Vinculadas	532,23	De Exercícios Anteriores	5.122,28
Aplicações Financeiras	0,00	RP Não-processados de Exercícios Anteriores	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (I)	—	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (II)	158.452,12
TOTAL	530.694,91	TOTAL	530.694,91
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (III)			520,00
SUFICIÊNCIA APÓS INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (IV) = (II - III)			157.932,12

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ATIVO	VALOR	PASSIVO	VALOR
		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO	0,00
		Restos a Pagar Processados	0,00
		Do Exercício	0,00
		RP Não-processados de Exercícios Anteriores	0,00
INSUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (V)	—	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VI)	—
TOTAL	0,00	TOTAL	0,00
INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VII)			0,00
SUFICIÊNCIA APÓS A INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO REGIME PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (VI - VII)			0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RGF Anexo VI

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/QUADRIMESTRE MAIO - AGOSTO

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ 1,00

ÓRGÃO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	5.122,28	234.574,52	0,00	0,00	0,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADAO	5.122,28	234.574,52	0,00	0,00	0,00
PODER LEGISLATIVO	0,00	2.083,70	0,00	520,00	0,00
CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADAO DO I	0,00	2.083,70	0,00	520,00	0,00
TOTAL	5.122,28	236.658,22	0,00	520,00	0,00

SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
(Apurado no Anexo V Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa)

158.452,12

FONTE DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR INSCRITOS				
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)		EMPENHOS CANCELADOS E NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	
RECURSOS ORDINARIOS - ORCAMENTOS	5.122,28	94.479,42	0,00	520,00	0,00
Recursos Próprios Educação 25%	0,00	64.072,41	0,00	0,00	0,00
Recursos Próprios Saúde 15%	0,00	46.348,98	0,00	0,00	0,00
RECURSO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO	0,00	7.389,08	0,00	0,00	0,00
RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR UNIAO	0,00	6.499,66	0,00	0,00	0,00
RECURSOS DO SUS UNIAO	0,00	4.000,00	0,00	0,00	0,00
FUNDE 60%	0,00	9.470,67	0,00	0,00	0,00
RECURSOS CONVENIO DA UNIAO	0,00	4.398,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL :	5.122,28	236.658,22	0,00	520,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RGF LRF ARTIGO 48

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Até o 2º Quadrimestre de 2009

L.R.F., Artigo 48 - Anexo VII

R\$ 1,00

DESPESAS COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	2.804.857,95	43,86
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	3.836.713,00	60,00
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	3.644.877,35	57,00
DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-405.764,09	-6,35
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	7.673.426,00	120,00
GARANTIA DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	1.406.794,77	22,00
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	1.023.123,47	16,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	447.616,52	7,00
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SUFICIÊNCIA ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	520,00	158.452,12

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO Anexo I

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.821.700,00	7.821.700,00	987.072,55	12,62	4.578.144,25	58,53	3.243.555,75
RECEITAS CORRENTES	7.791.700,00	7.791.700,00	987.072,55	12,67	4.578.144,25	58,76	3.213.555,75
RECEITA TRIBUTARIA	200.865,60	200.865,60	37.632,31	18,74	137.659,88	68,53	63.205,72
IMPOSTOS	173.687,50	173.687,50	32.385,51	18,65	116.786,41	67,24	56.901,09
TAXAS	6.830,71	6.830,71	894,85	13,10	4.520,15	66,17	2.310,56
CONTRIBUICAO DE MELHORIA	20.347,39	20.347,39	4.351,95	21,39	16.353,32	80,37	3.994,07
RECEITA PATRIMONIAL	1.964,04	1.964,04	1.292,24	65,79	29.814,42	518,01	-27.850,38
RECEITAS DE VALORES MOBILIARIOS	1.589,04	1.589,04	292,24	18,39	28.786,05	811,54	-27.197,01
Outras Rec. Patrimoniais	375,00	375,00	1.000,00	266,67	1.028,37	274,23	-653,37
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	205,50	0,00	1.146,75	0,00	-1.146,75
Outras Rec. Agropecuárias	0,00	0,00	205,50	0,00	1.146,75	0,00	-1.146,75

RREO - ANEXO I (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.560.736,26	7.560.736,26	946.366,89	12,52	4.402.536,71	58,23	3.158.199,55
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	7.560.736,26	7.560.736,26	946.366,89	12,52	4.402.536,71	58,23	3.158.199,55
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	28.134,10	28.134,10	1.575,61	5,60	6.986,49	24,83	21.147,61
Multas e Juros de Mora	1.500,00	1.500,00	1.192,97	79,53	4.027,52	268,50	-2.527,52
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.000,00	9.000,00	0,00	0,00	742,56	8,25	8.257,44
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	17.634,10	17.634,10	125,64	0,71	1.274,07	7,23	16.360,03
RECEITAS DIVERSAS	0,00	0,00	257,00	0,00	942,34	0,00	-942,34
RECEITAS DE CAPITAL	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.821.700,00	7.821.700,00	987.072,55	12,62	4.578.144,25	58,53	3.243.555,75
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	7.821.700,00	7.821.700,00	987.072,55	12,62	4.578.144,25	58,53	3.243.555,75
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	143.254,63	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	7.821.700,00	7.821.700,00	987.072,55	12,62	4.721.398,88	58,53	3.243.555,75
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	—	—	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.821.700,00	247.500,00	8.069.200,00	1.566.110,33	4.721.918,88	1.573.292,33	4.721.398,88	58,51	3.347.801,12
DESPESAS CORRENTES	5.979.851,33	-188.100,00	5.791.751,33	991.322,97	3.692.408,27	991.322,97	3.692.408,27	63,75	2.099.343,06
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	1.729.963,97	412.000,00	2.141.963,97	448.228,44	1.736.737,79	448.228,44	1.736.737,79	81,08	405.226,18
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	5.700,00	0,00	5.700,00	56,96	56,96	56,96	56,96	1,00	5.643,04
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	4.244.187,36	-600.100,00	3.644.087,36	543.037,57	1.955.613,52	543.037,57	1.955.613,52	53,67	1.688.473,84
DESPESAS DE CAPITAL	1.841.848,67	435.600,00	2.277.448,67	574.787,36	1.029.510,61	581.969,36	1.028.990,61	45,18	1.248.458,06
INVESTIMENTOS	1.821.848,67	401.600,00	2.223.448,67	557.288,68	1.012.011,93	564.470,68	1.011.491,93	45,49	1.211.956,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	20.000,00	34.000,00	54.000,00	17.498,68	17.498,68	17.498,68	17.498,68	32,40	36.501,32
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	7.821.700,00	247.500,00	8.069.200,00	1.566.110,33	4.721.918,88	1.573.292,33	4.721.398,88	58,51	3.347.801,12
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	7.821.700,00	247.500,00	8.069.200,00	1.566.110,33	4.721.918,88	1.573.292,33	4.721.398,88	58,51	3.347.801,12
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	0,00	—	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.821.700,00	247.500,00	8.069.200,00	1.566.110,33	4.721.918,88	1.573.292,33	4.721.398,88	58,51	3.347.801,12

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO Anexo II

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo II (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO A LIQUIDAR (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	7.821.700,00	8.069.200,00	1.566.110,33	4.721.918,88	1.573.292,33	4.721.398,88	100,00	58,51	3.347.801,12
Legislativa	514.500,00	514.500,00	126.528,12	278.640,95	133.710,12	278.120,95	5,89	54,06	236.379,05
Ação Legislativa	514.500,00	514.500,00	126.528,12	278.640,95	133.710,12	278.120,95	5,89	54,06	236.379,05
Administração	920.575,00	1.070.675,00	209.022,04	832.567,71	209.022,04	832.567,71	17,63	77,76	238.107,29
Administração Geral	504.875,00	568.975,00	113.084,22	452.684,70	113.084,22	452.684,70	9,59	79,56	116.290,30
Administração Financeira	415.700,00	501.700,00	95.937,82	379.883,01	95.937,82	379.883,01	8,05	75,72	121.816,99
Assistência Social	195.000,00	210.000,00	21.120,34	98.788,03	21.120,34	98.788,03	2,09	47,04	111.211,97
Assistência à Criança e ao Adolescente	58.000,00	48.000,00	1.664,00	7.044,49	1.664,00	7.044,49	0,15	14,68	40.955,51
Assistência Comunitária	137.000,00	162.000,00	19.456,34	91.743,54	19.456,34	91.743,54	1,94	56,63	70.256,46
Saúde	791.074,36	1.128.074,36	203.335,29	713.590,13	203.335,29	713.590,13	15,11	63,26	414.484,23
Atenção Básica	774.074,36	1.089.074,36	201.845,67	692.047,51	201.845,67	692.047,51	14,66	63,54	397.026,85
Vigilância Sanitária	14.000,00	12.500,00	1.489,62	2.272,62	1.489,62	2.272,62	0,05	18,18	10.227,38
Vigilância Epidemiológica	3.000,00	1.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.500,00
Transferências	0,00	25.000,00	0,00	19.270,00	0,00	19.270,00	0,41	77,08	5.730,00
Educação	1.711.576,97	1.721.576,97	315.254,84	1.105.772,40	315.254,84	1.105.772,40	23,42	64,23	615.804,57
Ensino Fundamental	1.571.576,97	1.601.576,97	309.260,38	1.061.449,27	309.260,38	1.061.449,27	22,48	66,28	540.127,70
Educação Infantil	140.000,00	120.000,00	5.994,46	44.323,13	5.994,46	44.323,13	0,94	36,94	75.676,87
Cultura	31.500,00	21.500,00	0,00	1.536,78	0,00	1.536,78	0,03	7,15	19.963,22
Difusão Cultural	31.500,00	21.500,00	0,00	1.536,78	0,00	1.536,78	0,03	7,15	19.963,22
Urbanismo	1.300.348,67	1.464.848,67	528.233,48	966.525,91	528.233,48	966.525,91	20,47	65,98	498.322,76
Infra-Estrutura Urbana	1.170.348,67	1.294.348,67	480.784,05	825.249,70	480.784,05	825.249,70	17,48	63,76	469.098,97
Serviços Urbanos	130.000,00	170.500,00	47.449,43	141.276,21	47.449,43	141.276,21	2,99	82,86	29.223,79
Gestão Ambiental	126.125,00	168.125,00	10.675,29	115.691,11	10.675,29	115.691,11	2,45	68,81	52.433,89
Saneamento Básico Rural	26.250,00	11.250,00	200,00	740,00	200,00	740,00	0,02	6,58	10.510,00
Saneamento Básico Urbano	62.000,00	72.000,00	10.084,76	58.676,41	10.084,76	58.676,41	1,24	81,50	13.323,59
Controle Ambiental	17.875,00	59.875,00	0,00	47.363,20	0,00	47.363,20	1,00	79,10	12.511,80
Turismo	20.000,00	25.000,00	390,53	8.911,50	390,53	8.911,50	0,19	35,65	16.088,50
Agricultura	309.000,00	413.500,00	45.472,61	153.650,47	45.472,61	153.650,47	3,25	37,16	259.849,53
Extensão Rural	309.000,00	413.500,00	45.472,61	153.650,47	45.472,61	153.650,47	3,25	37,16	259.849,53
Transporte	1.792.000,00	1.246.400,00	97.449,65	428.595,22	97.449,65	428.595,22	9,08	34,39	817.804,78
Transporte Rodoviário	1.792.000,00	1.246.400,00	97.449,65	428.595,22	97.449,65	428.595,22	9,08	34,39	817.804,78
Desporto e Lazer	130.000,00	110.000,00	9.018,67	26.560,17	9.018,67	26.560,17	0,56	24,15	83.439,83
Desporto Comunitário	130.000,00	110.000,00	9.018,67	26.560,17	9.018,67	26.560,17	0,56	24,15	83.439,83
TOTAL (III) = (I + II)	7.821.700,00	8.069.200,00	1.566.110,33	4.721.918,88	1.573.292,33	4.721.398,88	100,00	58,51	3.347.801,12

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

RREO Anexo III

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 SETEMBRO/2008 A AGOSTO/2009

RREO – ANEXO III (LRF, Art. 53, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES													PREVISÃO ATUALIZADA 2009
	Set/2008	Out/2008	Nov/2008	Dez/2008	Jan/2009	Fev/2009	Mar/2009	Abr/2009	Mai/2009	Jun/2009	Jul/2009	Ago/2009	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	
RECEITAS CORRENTES (I)	493.534,62	535.283,23	579.590,43	779.671,07	586.422,29	503.661,81	642.009,01	633.536,53	667.091,03	1.100.290,24	597.929,32	542.852,79	7.661.872,37	8.890.137,51
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.047,43	14.502,13	10.368,76	15.423,07	7.261,26	8.661,92	14.926,26	38.473,61	15.343,71	15.360,81	23.524,57	14.107,74	192.001,27	200.865,60
I.P.T.U.	241,05	0,00	0,00	248,41	0,00	0,00	308,05	24.250,07	2.093,17	113,77	665,81	209,73	28.130,06	53.000,00
I.S.S.	6.819,78	5.112,08	4.403,72	4.549,48	1.723,49	4.252,67	3.738,40	4.965,43	4.858,54	5.297,29	7.577,74	6.523,42	59.822,04	46.250,00
I.T.B.I.	1.118,86	2.157,51	1.314,14	3.422,89	1.515,94	78,24	1.891,26	1.947,11	3.514,02	0,00	5.718,40	2.577,85	25.256,22	26.250,00
I.R.R.F	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Tributárias	5.867,74	7.232,54	4.650,90	7.202,29	4.021,83	4.331,01	8.988,55	7.311,00	4.877,98	9.949,75	9.562,62	4.796,74	78.792,95	75.365,60
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	24.032,36	2.350,28	2.014,86	0,00	124,68	258,83	1.033,41	29.814,42	1.964,04
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	644,25	297,00	0,00	205,50	0,00	1.146,75	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	478.341,82	519.779,10	567.954,32	764.194,87	576.626,71	470.882,40	624.064,73	591.738,66	650.855,44	1.084.462,08	573.898,54	526.241,04	7.429.039,71	8.659.173,77
Cota-Parte do F.P.M.	265.736,24	276.059,75	349.823,52	527.389,27	341.246,29	227.715,94	344.730,38	303.404,66	352.906,31	311.159,15	238.751,14	277.746,26	3.816.668,91	3.700.000,00
Cota-Parte do I.C.M.S.	139.312,80	136.707,33	127.946,78	134.942,65	137.446,37	144.662,14	187.722,04	132.260,97	99.492,29	145.662,89	135.697,00	124.356,84	1.646.210,10	1.650.000,00
Cota-Parte do I.P.V.A.	5.026,08	7.128,68	4.232,92	2.615,01	3.578,22	8.682,24	9.040,03	7.995,55	9.211,06	7.348,68	8.027,28	5.686,30	78.572,05	74.346,00
Cota-Parte do ITR.	109,42	1.127,11	22,68	152,81	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.412,02	0,00
Transferências da LC 61/1989	4.002,66	4.173,16	4.299,04	4.546,21	-123,56	-101,70	-108,04	-53,35	18,42	-302,97	-133,57	-144,12	16.072,18	0,00
Transferências do FUNDEB	37.210,69	54.295,85	42.189,52	34.685,39	64.204,04	53.896,44	49.433,51	26.423,91	82.330,34	53.195,45	45.411,72	48.645,97	591.922,83	992.500,00
Outras Transferências Correntes	26.943,93	40.287,22	39.439,86	59.863,53	30.275,35	36.027,34	33.246,81	121.706,92	106.897,02	567.398,88	146.144,97	69.949,79	1.278.181,62	2.242.327,77
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.145,37	1.002,00	1.267,35	53,13	2.534,32	85,13	667,74	665,15	594,88	342,67	41,88	1.470,60	9.870,22	28.134,10
DEDUÇÕES (II)	73.745,74	71.051,86	83.365,46	88.298,31	116.820,83	103.372,23	130.096,30	133.108,12	120.849,36	121.333,70	103.726,28	121.582,51	1.267.350,70	1.453.062,51
Cota-Parte do Imp.s/a Propr. Territorial Rural 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5,96	0,00	4,22	6,25	0,00	2,89	19,32	0,00
Cota-Parte do Imp.s/a Propr. Territorial Rural 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9,92	0,00	7,03	10,42	0,00	4,81	32,18	0,00
Cota-Parte do Imp.s/a Propr. Territorial Rural 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	23,78	0,00	16,85	25,02	0,00	11,54	77,19	0,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	927,66	763,58	754,19	532,17	-138,30	1.514,85	667,82	720,63	5.742,60	0,00
Cota-Parte do IPI sobre Exportação 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	2.226,36	1.832,57	1.810,04	1.277,20	-331,93	3.635,64	1.602,76	1.729,47	13.782,11	0,00
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS DO SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.500,00	36.990,00
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 15%	0,00	0,00	0,00	0,00	76,01	0,00	0,00	2,14	0,00	0,00	2,82	6,65	87,62	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 25%	0,00	0,00	0,00	0,00	126,68	0,00	0,00	3,57	0,00	0,00	4,71	11,08	146,04	0,00
Multas/Juros de Mora s/ o IPTU 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	304,04	0,00	0,00	8,55	0,00	0,00	11,29	26,58	350,46	0,00
RECURSOS DA EPIDEMIOLOGIA E CONTROLE DE DOE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.198,37	1.196,74	2.398,37	1.198,37	793,41	1.995,89	1.351,13	10.132,28	1.179,00
RECURSOS DA FARMÁCIA BÁSICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.491,43	939,24	939,24	939,24	939,24	939,24	939,24	31.126,87	5.760,00
RECURSOS DO PAB	0,00	0,00	0,00	0,00	6.530,67	0,00	12.443,17	8.086,34	0,00	0,00	11.358,51	4.043,17	42.461,86	48.750,00
RECURSOS DO PACS	0,00	0,00	0,00	0,00	3.486,00	0,00	3.486,00	7.628,50	3.486,00	3.486,00	3.486,00	3.486,00	28.544,50	29.333,50
RECURSOS DO PSF	0,00	0,00	0,00	0,00	6.000,00	0,00	0,00	12.800,00	6.400,00	6.400,00	6.400,00	6.400,00	44.400,00	140.362,50
Recursos Salário Educação do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
RECURSOS TRANSPORTE ESCOLAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.241,89	10.241,89	10.241,89	0,00	20.483,78	51.209,45	75.000,00
RECURSOS VIGILÂNCIA SANITÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.250,00
Transferências de Convênios com a UNIAO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7.500,00
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	73.745,74	71.051,86	83.365,46	88.298,31	97.143,41	71.586,28	109.427,26	89.190,15	99.025,99	94.280,98	77.257,24	82.365,54	1.036.738,22	1.098.437,51
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	419.788,88	464.231,37	496.224,97	691.372,76	469.601,46	400.289,58	511.912,71	500.428,41	546.241,67	978.956,54	494.203,04	421.270,28	6.394.521,67	7.437.075,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO Anexo VI

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – Anexo VI (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 30 Jun 2009 (B)	Em 31 Ago 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	200.649,00	200.649,00	183.150,32
DEDUÇÕES (II)	410.987,54	1.094.134,37	588.914,41
Ativo Disponível	501.029,99	1.045.080,86	530.694,91
Haveres Financeiros	0,00	225.000,00	300.000,00
(-) Restos a Pagar Processados	90.042,45	175.946,49	241.780,50
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-210.338,54	-893.485,37	-405.764,09
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-210.338,54	-893.485,37	-405.764,09

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Ago 2009 (C - A)
VALOR	487.721,28	-195.425,55

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA	SALDO		
	Em 31 Dez 2008 (A)	Em 30 Jun 2009 (B)	Em 31 Ago 2009 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponível	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA



RREO Anexo VII

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO VII (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	7.790.110,96	986.780,31	4.549.358,20	5.172.681,37
Receita Tributária	200.865,60	37.632,31	137.659,88	130.262,38
I.P.T.U.	53.000,00	875,54	27.640,60	24.753,17
I.S.S.	46.250,00	14.101,16	38.936,98	41.435,94
I.T.B.I.	26.250,00	8.296,25	17.242,82	13.422,49
I.R.R.F.	48.000,00	9.112,56	32.966,01	36.569,00
Outras Receitas Tributárias	27.365,60	5.246,80	20.873,47	14.081,78
Receita de Contribuição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	375,00	1.000,00	1.028,37	905,00
Receita Patrimonial	1.964,04	1.292,24	29.814,42	7.284,15
(-) Aplicações Financeiras	1.589,04	292,24	28.786,05	6.379,15
Transferências Correntes	7.560.736,26	946.366,89	4.402.536,71	5.030.757,41
F.P.M.	2.940.000,00	413.197,96	1.916.750,70	2.098.235,60
I.C.M.S.	1.320.000,00	208.043,10	886.076,21	850.095,67
Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Transferências Correntes	3.300.736,26	325.125,83	1.599.709,80	2.082.426,14
Demais Receitas Correntes	28.134,10	1.781,11	8.133,24	10.756,58
Dívida Ativa	17.634,10	125,64	1.274,07	483,41
Diversas Receitas Correntes	10.500,00	1.655,47	6.859,17	10.273,17
RECEITAS DE CAPITAL (II)	30.000,00	0,00	0,00	118.568,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	30.000,00	0,00	0,00	3.251,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	115.317,00
Convênios	0,00	0,00	0,00	115.317,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	0,00	0,00	115.317,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	7.790.110,96	986.780,31	4.549.358,20	5.287.998,37
DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
DESPESAS CORRENTES (VIII)	5.791.751,33	991.322,97	3.692.408,27	3.692.920,99
Pessoal e Encargos Sociais	2.141.963,97	448.228,44	1.736.737,79	1.307.557,49
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.700,00	56,96	56,96	0,00
Outras Despesas Correntes	3.644.087,36	543.037,57	1.955.613,52	2.385.363,50
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	5.786.051,33	991.266,01	3.692.351,31	3.692.920,99
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.277.448,67	581.969,36	1.028.990,61	1.530.071,44
Investimentos	2.223.448,67	564.470,68	1.011.491,93	1.530.071,44
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	54.000,00	17.498,68	17.498,68	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	2.223.448,67	564.470,68	1.011.491,93	1.530.071,44
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	0,00	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	0,00	-	-	-

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2009	Até o Bimestre 2008
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	-	-	-
RESERVA DO RPPS	0,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	8.009.500,00	1.555.736,69	4.703.843,24	5.222.992,43
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-219.389,04	-568.956,38	-154.485,04	65.005,94
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES			0,00	
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Chapadao do Lageado, 25/09/2009

RREO Anexo XI

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XI (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO A REALIZAR (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	2.277.448,67	1.028.990,61	0,00	1.248.458,06
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	2.277.448,67	1.028.990,61	0,00	1.248.458,06
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-2.277.448,67	-1.028.990,61		-1.248.458,06

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO Anexo IX

Município de Chapadão do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - Anexo IX (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO PROCESSADOS				
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar
	Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008				Em Exercícios Anteriores	Em 31 de Dezembro de 2008			
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	1.000,00	89.042,45	-	84.920,17	5.122,28	-	-	-	-	-
EXECUTIVO										
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	1.000,00	89.042,45	0,00	84.920,17	5.122,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA SAUDE	0,00	1.256,10	0,00	1.256,10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DOS TRANSPORTES, OBRAS E SER	1.000,00	87.786,35	0,00	83.664,07	5.122,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	1.000,00	89.042,45	0,00	84.920,17	5.122,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO Anexo X

MUNICÍPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO X (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO

RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS		0,00	63,13	584,12	0,00
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	—	0,00	63,13	584,12	0,00
1.1.1- IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	—	0,00	63,13	584,12	0,00
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.1- ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.1- ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1- IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS		0,00	5.572,98	23.098,93	0,00
2.1- Cota-Parte FPM	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	—	0,00	5.553,74	22.970,24	0,00
2.5- Cota-Parte ITR	—	0,00	19,24	128,69	0,00
2.6- Cota-Parte IPVA	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA BRUTA DE IMPOSTOS (1 + 2)		0,00	5.636,11	23.683,05	0,00
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO <input type="checkbox"/> ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1- Transferências do Salário-Educação	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	-8.437,51	-8.437,51	0,00	0,00	0,00
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	-8.437,51	-8.437,51	0,00	0,00	0,00

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	1.090.000,00	1.090.000,00	159.166,78	718.452,85	65,91
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	760.000,00	760.000,00	103.299,44	480.909,43	63,28
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	330.000,00	330.000,00	52.010,74	221.224,33	67,04
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	—	0,00	1.110,75	4.394,42	0,00
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	—	0,00	3,26	21,85	0,00
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	—	0,00	2.742,59	11.902,82	0,00
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB		0,00	0,00	0,00	0,00
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-1.090.000,00	-1.090.000,00	-159.166,78	-718.452,85	65,91

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) > 0] = ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

[SE RESULTADO LÍQUIDO DA TRANSFERÊNCIA (12) < 0] = DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	324.012,00	374.012,00	62.410,85	327.128,83	87,46
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	324.012,00	374.012,00	62.410,85	327.128,83	87,46
14- OUTRAS DESPESAS	195.988,00	145.988,00	0,00	0,00	0,00
14.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	195.988,00	145.988,00	0,00	0,00	0,00
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	520.000,00	520.000,00	62.410,85	327.128,83	62,91
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB PARA PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
19- MÍNIMO DE 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO COM EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL1 ((13 – 18) / (11) x 100) %					0,00
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE				VALOR	
20 – RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2008 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS				0,00	
21 – DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2009 ²				0,00	

MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB

RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3) ³	0,00	0,00	1.409,03	5.920,76	0,00
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	600.000,00	600.000,00	75.048,40	370.241,06	61,71
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	520.000,00	520.000,00	62.410,85	327.128,83	62,91
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	80.000,00	80.000,00	12.637,55	43.112,23	53,89
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	600.000,00	600.000,00	75.048,40	370.241,06	61,71
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL				VALOR	
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)				-718.452,85	
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO				—	
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)				—	
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB				—	
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS				0,00	
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO ⁴				—	
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)				—	
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)				-718.452,85	
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))				1.088.693,91	
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDES ((38) / (3) x 100) %				4596,93	

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	620.000,00	620.000,00	75.048,40	370.241,06	59,72
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE		CANCELADO EM 2009 (g)		
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00		0,00		
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS			VALOR		
			FUNDEB (h)	FUNDEF	
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008			0,00	0,00	
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			0,00	0,00	
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE			0,00	0,00	
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE			0,00	0,00	
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL			0,00	0,00	

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

RREO Anexo XIV

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO - ANEXO XIV (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	30.000,00	0,00	30.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	30.000,00	0,00	30.000,00
TOTAL	30.000,00	0,00	30.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
Investimentos	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00
TOTAL	30.000,00	0,00	0,00	30.000,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2008 (h)	Em 2009 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	0,00	0,00	0,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

RREO Anexo XVI

Município de Chapadao do Lageado
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM
AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

RREO – ANEXO XVI (ADCT, art. 77)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa dos Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00
Da União	0,00	0,00	0,00	0,00
Do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	8.920.137,51	8.920.137,51	5.298.421,10	59,40
(-) DEDUÇÃO PARA O FUNDEB	-1.098.437,51	-1.098.437,51	-720.276,85	65,57
TOTAL	7.821.700,00	7.821.700,00	4.578.144,25	58,53

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)
DESPESAS CORRENTES	264.625,00	248.625,00	69.993,42	28,15
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	2.000,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	264.625,00	246.625,00	69.993,42	28,38
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	1.000,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	1.000,00	0,00	0,00
TOTAL (IV)	264.625,00	249.625,00	69.993,42	28,04

DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (e)	% (e)/ despesas com saúde
DESPESAS COM SAÚDE	264.625,00	249.625,00	69.993,42	100,00
(-) DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS DESTINADOS À SAÚDE	264.625,00	224.625,00	50.723,42	72,47
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	264.625,00	224.625,00	50.723,42	72,47
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS ¹	-	-	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (V)	0,00	25.000,00	19.270,00	27,53

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADOS A SAÚDE INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em 2009 (VI)
RESTOS A PAGAR DE DESPESAS PRÓPRIAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SA	0,00	0,00

PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE NA RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - LIMITE CONSTITUCIONAL $\leq \frac{(V - VI)}{I}$	0,00
---	-------------

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (i)	% (i/Total i)
Atenção Básica	261.000,00	221.000,00	50.638,92	72,35
Vigilância Sanitária	2.500,00	2.500,00	84,50	0,12
Vigilância Epidemiológica	1.125,00	1.125,00	0,00	0,00
Outras Subfunções	0,00	25.000,00	19.270,00	27,53
TOTAL	264.625,00	249.625,00	69.993,42	100,00

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.

² Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

RREO LRF ART 48 Anexo XVIII

Município de Chapadao do Lageado

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A AGOSTO 2009/BIMESTRE JULHO - AGOSTO

LRF, Art. 48 - Anexo XVIII

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO			No Bimestre	Até o Bimestre
RECEITAS				
Previsão Inicial			—	7.821.700,00
Previsão Atualizada			—	7.821.700,00
Receitas Realizadas			987.072,55	4.578.144,25
Déficit Orçamentário			—	143.254,63
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)			—	0,00
DESPESAS				
Dotação Inicial			—	7.821.700,00
Créditos Adicionais			—	247.500,00
Dotação Atualizada			—	8.069.200,00
Despesas Empenhadas			1.566.110,33	4.721.918,88
Despesas Liquidadas			1.573.292,33	4.721.398,88
Superavit Orçamentário			—	0,00
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO			No Bimestre	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas			1.566.110,33	4.721.918,88
Despesas Liquidadas			1.573.292,33	4.721.398,88
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL				Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida				6.394.521,67
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			No Bimestre	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)			0,00	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas (V)			0,00	0,00
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)			0,00	0,00
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-195.425,55	0,00
Resultado Primário		0,00	-154.485,04	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO				
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	90.042,45	0,00	84.920,17	5.122,28
EXECUTIVO	90.042,45	0,00	84.920,17	5.122,28
TOTAL:	90.042,45	0,00	84.920,17	5.122,28
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos em MDE		1.088.693,91	25%	4.596,93
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		327.128,83	60%	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receitas de Operações de Crédito			0,00	
Despesa de Capital Líquida			1.028.990,61	1.248.458,06

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2009	2017	2027	2042
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	30.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	30.000,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual		
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre	
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	19.270,00	15,00	0,00	

FONTE: SECRETARIA DA FAZENDA

Erval Velho

Prefeitura Municipal

Lei 1208/2009

LEI N. 1208, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009.

AUTORIZA A CONTRATAR OPERAÇÃO DE CRÉDITO COM O BANCO DO BRASIL S.A E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LENITA DADALT FONTANA, Prefeita Municipal de Erval Velho – Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar com o Banco do Brasil S.A a operação de crédito até o limite de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais) com o prazo de pagamento de 24 (vinte e quatro) meses incluída a carência de 03 (três meses) com encargos financeiros de TJLP acrescida de juros de 4% a.a sem incidência de IOF.

Art. 2º- Os recursos oriundos da operação de crédito autorizado por esta Lei, serão aplicados na aquisição dos seguintes bens:

- Uma Retroescavadeira traçada;
- Um Caminhão toco equipado com caçamba basculante.

Art. 3º- Em garantia da operação de crédito, fica o Poder Executivo autorizado a ceder ao Banco do Brasil S.A parcelas da cota parte do imposto sobre operações, relativas a circulação de mercadorias, ICMS e/ ou parcelas do Fundo de Participação dos Municípios – FPM, ou tributos que venham a substituir, em montantes necessários para amortizar as prestações do principal e dos acessórios, na forma do que venha a ser contratado.

Art. 4º - Anualmente a partir do exercício financeiro subsequente ao da contratação da operação de crédito, o orçamento do Município consignará dotações próprias para a amortização do principal e dos acessórios.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Erval Velho, Estado de Santa Catarina, em 24 de setembro de 2009.

LENITA DADALT FONTANA
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada a presente Lei nesta Secretaria, em 24 de setembro de 2009.

WALTER KLEBER KUCHER JÚNIOR

Secretário de Administração e Finanças

Forquilha

Prefeitura Municipal

Extrato de Contrato PMF Nº 155/2009

EXTRATO DE CONTRATO PMF Nº. 155/2009.

CONTRATANTE – MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

CONTRATADO – SAFRABON PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA.

DO OBJETO – contratação de empresa especializada para execução das obras de construção do Centro de Educação Infantil na Rua Santa Bárbara, Bairro Cidade Alta, Forquilha/SC.

VALOR – R\$ 266.072,74 (duzentos e sessenta e seis mil setenta e dois reais e setenta e quatro centavos).

VIGÊNCIA – 270 (duzentos e setenta) dias corridos (prazo de execução + 90 dias).

FUNDAMENTO LEGAL – Lei 8.666/93, Tomada de Preços 83/PMF/2009.

DATA DA ASSINATURA – 22 de setembro de 2009.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Ata do Edital de Tomada de Preços Nº 087/PMF/2009

MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

ATA DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 087/PMF/2009

QUARTA ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA PARA ABERTURA, PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS 087/PMF/2009, QUE TEM POR OBJETIVO RECEBER PROPOSTAS PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO EDUCACIONAL A SER EDIFICADO NO PAÇO MUNICIPAL, AVENIDA 25 DE JULHO, CENTRO, FORQUILHINHA/SC, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DOS MATERIAIS, MÃO-DE-OBRA, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS NORMAIS E ESPECIAIS NECESSÁRIAS NA CIDADE DE FORQUILHINHA/SC.

Às quatorze horas do dia vinte e quatro do mês de setembro do ano de dois mil e nove, na Sala de reuniões, da Prefeitura Municipal de Forquilha, na Avenida 25 de julho, 3400, nesta cidade de Forquilha, Estado de Santa Catarina, reuniu-se a Comissão Permanente de Licitações do Município para julgamento do EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº. 087/PMF/2009. Abertos os trabalhos pela Presidente, Sr. Valdecir Tiscoski, o mesmo passou à abertura dos envelopes de nº 02 das empresas habilitadas para este processo – das propostas de preços. Os valores globais foram: CARLESSI ENGENHARIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 262.624,35 (duzentos e sessenta e dois mil seiscentos e vinte e quatro reais e trinta e cinco centavos); TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., R\$ 243.447,39 (duzentos e quarenta e três mil quatrocentos e quarenta e sete reais e trinta e nove centavos); SAFRABOM PRESTADORA DE SERVIÇOS LTDA., R\$ 260.658,99 (duzentos e sessenta mil seiscentos e cinquenta e oito reais e noventa e nove centavos); ENGETOM CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., R\$ 281.371,00 (duzentos e oitenta e um mil trezentos e setenta e um reais); ACLIVE ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA., R\$ 273.627,83 (duzentos e setenta e três mil seiscentos e vinte e sete reais e oitenta e três centavos); VERSÁTIL CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 253.554,80 (duzentos e cinquenta e três mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e oitenta centavos); BALHAZAR ENGENHARIA E SERVIÇOS LTDA., R\$ 256.802,54 (duzentos e cinquenta e seis mil oitocentos e dois reais e cinquenta e quatro centavos); SANERO CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 296.904,11 (duzentos e noventa e seis mil novecentos e quatro reais e onze centavos); MELCON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA., R\$ 289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil reais); FECEL ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA., R\$ 268.744,87 (duzentos e sessenta e oito mil setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e sete centavos). Portanto, decide esta comissão por unanimidade declarar vencedora a empresa TECNICON CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA. As empresas serão comunicadas por FAX ou via e-mail desta decisão. Sugerem os membros ao Senhor Prefeito Municipal que analise o processo licitatório e, em decorrido o prazo recursal de cinco dias úteis, sem interposição de recursos, ou com a renúncia expressa do mesmo, homologue este processo licitatório, para, após querendo, adjudicar o objeto à vencedora. Nada mais havendo a tratar, os membros da Comissão Permanente de Licitações deram por encerrada a reunião e ordenaram que se lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos Membros da Comissão. Forquilha, 24 de setembro de 2009.

VALDECIR TISCOSKI
Presidente da Comissão de Licitações

ERIKA DE LUCA TISCOSKI
Secretária

REJANE MARIA LOCH
Membro

Gaspar

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 3.541/09

DECRETO Nº 3.541 DE 03 DE AGOSTO DE 2009.
EXONERA A PEDIDO DO CARGO DE BERÇARISTA, A SERVIDORA FERNANDA ZIMMERMANN ZABEL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72, inciso XXV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a pedido, a partir desta data, FERNANDA ZIMMERMANN ZABEL, do cargo de Berçarista, lotada com 40 horas semanais, Nível ASE IV, Ref. 24, nomeada pelo Decreto nº 3.249/09.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 03 de agosto de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.542/09

DECRETO Nº. 3.542 DE 04 DE AGOSTO DE 2009.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE FALECIMENTO DA SERVIDORA RAQUEL WEHMUTH.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada a partir de 17 de julho de 2009, a vacância do cargo de provimento efetivo de Professora DOC-I-8, da servidora RAQUEL WEHMUTH, lotada na Secretaria Municipal de Educação, em decorrência de falecimento.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Gaspar, 04 de agosto de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Decreto Nº 3.604/09

DECRETO Nº. 3.604 DE 21 DE SETEMBRO DE 2009.
NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia os membros conselheiros dos órgãos abaixo mencionados para comporem o Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social:

Entidade	Novo membro
Câmara de Dirigentes Lojistas de Gaspar – CDL	Titular: Cristiane Bernez Zaghini Suplente: Amilton Elmar dos Santos
Secretaria de Administração e Finanças	Titular: Stefan Schmitz
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Gaspar - APAE	Titular: Vera Lucia Stuepp Uessler Suplente: Maria das Graças da Costa

Art. 2º Permanecem inalterados os demais membros não mencionados no presente decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 21 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal de Gaspar

Decreto Nº 3.609/09

DECRETO Nº. 3.609 DE 23 DE SETEMBRO DE 2009.

ALTERA O DECRETO Nº 3.597 DE 11 DE SETEMBRO DE 2009, QUE AUTORIZA POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, EM RAZÃO DO ESTADO DE GREVE, A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FRETAMENTO NO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com fundamento na Lei Municipal nº 2.381, de 16 de setembro de 2003,

DECRETA

Art. 1º O artigo 3º do Decreto nº 3.597 de 11 de setembro de 2009, que autoriza por excepcional interesse público, em razão do estado de greve, a realização dos serviços de fretamento no Município de Gaspar, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º Fica autorizado o Município de Gaspar a realizar serviços de fretamento escolar, durante o tempo em que perdurar a greve."

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 21 de setembro de 2009.

Gaspar, 23 de setembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Errata - Decreto Nº 3.588/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação do Decreto 3.588, de 03 de setembro de 2009, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 321, de 09 de setembro de 2009 nos seguintes termos:

Onde se lê:

Coordenador do TFD – Tratamento Fora do Domicílio

Leia-se:

Coordenador de Vigilância em Saúde

Gaspar - SC, 24 de setembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 1.973/09

PORTARIA Nº. 1.973 DE 14 DE SETEMBRO DE 2009.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, À SERVIDORA CRISLEIDI CRISTINA ZUCHI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder à servidora CRISLEIDI CRISTINA ZUCHI, ocupante do cargo de provimento efetivo de Arquiteta, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período compreendido entre 29 de agosto de 2009 e 02 de setembro de 2009.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 29 de agosto de 2009.

Gaspar, 14 de setembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 1.977/2009

P O R T A R I A Nº. 1.977 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.

COLOCA A DISPOSIÇÃO NA SECRETARIA DO CDI VOVÓ LEONIDA, A SERVIDORA SALVELINA DA SILVA HOSTINS.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Coloca a disposição, a partir de 21 de setembro, a servidora SALVELINA DA SILVA HOSTINS, ocupante do cargo efetivo de Professora DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais no CDI Vovó Leonida, na Secretaria do mesmo local.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.780 de 30 de janeiro de 2009.

Gaspar, 17 de setembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 1.978/09

P O R T A R I A Nº. 1.978 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.

COLOCA A DISPOSIÇÃO DA EEB ZENAIDE S. COSTA, A SERVIDORA IDA LUCIANI SCOTTINI.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Coloca à disposição, a partir de 08 de setembro, a servidora IDA LUCIANI SCOTTINI, ocupante do cargo efetivo de Professora DOC IV-8, lotada com 40 horas semanais na EEB Ervino Venturi, na EEB Zenaide .S. Costa, para atuar no apoio pedagógico.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 08 de setembro de 2009.

Gaspar, 17 de setembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 1.979/09

P O R T A R I A Nº. 1.979 DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.

COLOCA À DISPOSIÇÃO NA ZENAIDE S. COSTA, A SERVIDORA MARIA ROGÉRIA DA SILVA.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E:

Art. 1º Colocar, a partir de 14 de setembro, a servidora MARIA ROGÉRIA DA SILVA., ocupante do cargo efetivo de Professora DOC IV - 8, lotada com 40 horas semanais, sendo 15 horas na EEB Zenaide S. Costa, 15 horas na EEF Ferandino Dagnoni e 10 horas na EEB Aninha P. Rosa, à disposição 40 horas na EEB Zenaide S. Costa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº 1.840 de 16 de março de 2009.

Gaspar, 17 de setembro de 2009.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria N° 1.980/09

PORTARIA N° 1.980, DE 18 DE SETEMBRO DE 2009.
CONCEDE A PEDIDO LICENÇA SEM VENCIMENTO, À SERVIDORA JULIANE MORAES.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a pedido, licença sem vencimento, à servidora JULIANE MORAES, ocupante do cargo em provimento efetivo de Merendeira/Servente, lotada com 40 horas semanais no Gabinete do Prefeito, por um período 02 (dois) anos, a partir de 13 de outubro.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 18 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

Errata - Portaria N° 1.972/09

O PREFEITO MUNICIPAL DE GASPAR, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições, RETIFICA a publicação da Portaria 1.972, de 14 de setembro de 2009, veiculada no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC, Edição nº 331, de 23 de setembro de 2009 nos seguintes termos:

Onde se lê:
21 de setembro

Leia-se:
21 de agosto

Gaspar - SC, 24 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Aviso de Pregão Presencial N° 8/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Aviso de Pregão Presencial nº 8/2009
OBJETO: locação de máquinas multifuncionais (impressora, copiadora, scanner de rede e fax).
ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços, até as 08h45min do dia 09/10/2009.
ABERTURA: Dia 09/10/2009 às 09h00min horas.

Os interessados poderão obter a íntegra do Edital diariamente no horário de expediente no Departamento de Compras sito a Rua Cel. Aristiliano Ramos, 435 Centro Gaspar/SC ou no site: www.gaspar.sc.gov.br

Gaspar (SC), 21 de setembro de 2009.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Herval D'Oeste

Prefeitura Municipal

Portaria N° 734/2009

PORTARIA N° 734/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no

uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar N° 081 de 21 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora SIMARA PASINATO, (Matr. 1010), nascida aos 08/07/1973, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/C, anexo III, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência 6/D, anexo III, a partir de 18 de Setembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 24 de Setembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 735/2009

PORTARIA N° 735/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar N° 081 de 21 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora SIMARA PASINATO, (Matr. 370), nascida aos 08/07/1973, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 6/D, anexo III, com regime de trabalho de 20 (vinte) horas semanais, para o Nível/Referência 6/E, anexo III, a partir de 18 de Setembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 24 de Setembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Portaria N° 736/2009

PORTARIA N° 736/2009

NELSON GUINDANI, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso de suas atribuições legais e de conformidade com os artigos 25 a 33 da Lei Complementar N° 081 de 21 de dezembro de 1998,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional por Mérito – Cursos de atualização e Aperfeiçoamento, à Servidora JUNE BAHÚ ROVÊA, (Matr. 332), nascida aos 24/09/1963, ocupante do cargo de Provimento Efetivo de Professor, Nível/Referência 7/E, anexo III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, para o Nível/Referência 8/A, anexo III, a partir de 24 de Setembro de 2009.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste (SC), 24 de Setembro de 2009.
NELSON GUINDANI
Prefeito Municipal

Pregão Presencial N° 0039/2009

PROCESSO LICITATÓRIO N° 0102/2009

PREGÃO PRESENCIAL N° 0039/2009

Unidade Gestora:

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste.

Objeto: Registro de Preços para aquisição de Emulsão Asfáltica tipo RM – 1C, para utilização da Secretaria de Obras, Urbanismo e Serviços Públicos durante o Exercício de 2009

Data: 08/10/2009

Hora: 16:00 horas

Local: Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste

A íntegra do edital poderá ser obtido na Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste ao custo de R\$ 11,20 (onze reais e vinte centavos) ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br. Informações: Setor de Compras e Licitações (49) 3554 0922 ou e-mail: rubens@hervaldoeste.sc.gov.br.

Herval d'Oeste (SC), 28 de setembro de 2009.

NELSON GUINDANI

Prefeito Municipal

Imbituba**Prefeitura Municipal****Portaria N° 245**

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 245, DE 21 DE SETEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE DEMISSÃO A PEDIDO DE SERVIDORA E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.444 e 3.445, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido CLAUDIA MACHADO BATISTA, brasileira, inscrita no CPF sob o nº 888.344.179-68, aprovada no Processo Seletivo Edital nº 01/2007, admitida em 14 de março de 2008, através da Portaria DRH/SEAD nº 056, para exercer o cargo de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de setembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 21 de setembro de 2009.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ANTÔNIO LINHARES

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Portaria N° 253

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 253, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE DEMISSÃO A PEDIDO DO SERVIDOR E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições

legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.444 e 3.445, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido EDUARDO POLANCZYK DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 807.417.970-20, aprovado no Concurso Público Edital SEAD nº 01/2007, admitido em 07 de março de 2008, para exercer o cargo de Professor II, tendo seus efeitos retroativos a 22 de setembro de 2009

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 28 de setembro de 2009.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ANTÔNIO LINHARES

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Portaria N° 254

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 254, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE DEMISSÃO A PEDIDO DO SERVIDOR E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.444 e 3.445, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Demitir a pedido EDUARDO POLANCZYK DA SILVA, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 807.417.970-20, aprovado no Processo Seletivo Simplificado Edital nº 01/2008, admitido em 16 de fevereiro de 2009, através da Portaria DGP/SEAGP nº 38, para exercer o cargo de Professor II, tendo seus efeitos retroativos a 22 de setembro de 2009

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 28 de setembro de 2009.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

ANTÔNIO LINHARES

Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Portaria N° 256

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 256, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE ADMISSÃO DE SERVIDORES E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar no 3.444 e 3.445, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Admitir NATÁLIA RAMPINELLI DAUFENBACK, aprovada no Processo Seletivo Público Edital nº 01/2007, para exercer o cargo/emprego público de Odontóloga, com a remuneração proporcional consignada na legislação pertinente:

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 01 de outubro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 28 de setembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC

Portaria N° 257

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 257, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO FUNCIONAL DA SERVIDORA ROSINÊS ESPEZIM SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, e

RESOLVE:

Art. 1º Efetuar a Progressão Funcional, de 1 (uma) referência, da Professora ROSINÊS ESPEZIM SANTOS, enquadrando-a no contrato nº 499 na Referência 21, do Nível III, do Anexo X da Lei Complementar n.º 1.984/99, nos termos da Sentença exarada nos autos da AT n.º 314/2006.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a 1º de setembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 28 de setembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Portaria N° 258

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 258, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE A PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO DO(A) SERVIDOR(A) ELISANGELA PEREIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 1.984, de 16 de dezembro de 1999, e

Considerando o disposto no Decreto PMI nº 036, de 19 de março de 2007;

Considerando que trata-se de servidor(a) com mais de 3 (três) anos de atuação na Rede Pública Municipal de Ensino;

Considerando que a Progressão por Nova Titulação ou Habilitação – Progressão Vertical – se dá através da apresentação do diploma

ou certificado devidamente registrado na Instituição de Ensino de Nível Superior;

Considerando o diploma/certificado acostado ao Processo Administrativo nº 12682, de 30 de setembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora, Elisangela Pereira, Professora II, 20 horas, admitida em 20/2/2004, PROGRESSÃO FUNCIONAL POR NOVA TITULAÇÃO OU HABILITAÇÃO, passando do Nível II, Referência 1, em que está posicionada, para o Nível III, Referência 1 do Anexo X da Lei Complementar nº 1.984/99.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 1º de setembro de 2009, ficando revogadas as disposições em contrário.

Imbituba SC, 28 de setembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Portaria N° 259

PORTARIA DGP/SEAGP N.º 259, DE 28 DE SETEMBRO DE 2009. DISPÕE SOBRE ALTERAÇÃO DE PORTARIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, e com base na Lei Complementar nº 3.444 e 3.445, de 29 de janeiro de 2009, considerando ainda o disposto na legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Portaria DGP/SEAGP n.º 085 de 27 de abril de 2009, que nomeou GERTON MORAES MARTINS, brasileiro, inscrito no CPF sob o n.º 691.527.489-87, para exercer as funções de Assessor IV, com a remuneração consignada na legislação pertinente.

Art. 2º O servidor doravante exercerá o cargo/função de Assessor III, com a remuneração consignada na legislação pertinente

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos retroativos a 16 de setembro de 2009.

Imbituba, 28 de setembro de 2009.

JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

Registre-se e publique-se:

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Extrato de Dispensa 20/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 20/2009

Número do Processo: 92/2009

Objeto: Contratação de instituição para elaboração e protocolo de laudo arqueológico junto ao Instituto do Patrimônio Histórico e

Artístico Nacional – IPHAN.
Empresa: Centro de Pesquisa Ambiental e Arqueológica – CEPARQ.
Valor Total: R\$ 4.384,40
Fundamento: Artigo 24, II da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 24 de setembro de 2009.
JOSÉ ROBERTO MARTINS
Prefeito Municipal

Extrato de Pregão 68/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 105/2009
PREGÃO PRESENCIAL Nº 68/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 08 de outubro de 2009, licitação na modalidade de Pregão Presencial, do tipo menor preço global, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 6.204/2007 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para aquisição de 01 (um) veículo zero km para Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turístico. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de setembro de 2009.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Pregoeiro Oficial

Extrato de Carta Convite 10/2009

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 106/2009
CARTA CONVITE Nº 10/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 14:00 horas do dia 05 de outubro de 2009, licitação na modalidade de Carta Convite, do tipo menor preço por global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra para a ampliação da creche de Roça Grande. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de setembro de 2009.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Carta Convite 11/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 107/2009
CARTA CONVITE Nº 11/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 15:00 horas do dia 05 de outubro de 2009, licitação na modalidade de Carta Convite, do tipo menor preço por global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra para reforma de creches municipais. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de setembro de 2009.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Carta Convite 12/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 108/2009
CARTA CONVITE Nº 12/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 16:00 horas do dia 05 de outubro de 2009, licitação na modalidade de Carta Convite, do tipo menor preço por global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra para recuperação da cerca existente da Escola Caic. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de setembro de 2009.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Carta Convite 13/2009 (PMI)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
PROCESSO Nº 109/2009
CARTA CONVITE Nº 13/2009

A Prefeitura Municipal de Imbituba comunica que realizará às 17:00 horas do dia 05 de outubro de 2009, licitação na modalidade de Carta Convite, do tipo menor preço por global, regido pelo disposto na Lei nº 8.666/91 e suas alterações, para contratação de empresa para fornecimento de materiais e mão-de-obra para reforma de escolas municipais. A íntegra do Edital encontra-se a disposição dos interessados, no Departamento de Licitações, situado à Av. Dr. João Rimsa, 531, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira.

Imbituba, 24 de setembro de 2009.
DILSON PETRASSEM JUNIOR
Presidente da Comissão de Licitação

Edital SEAGP 105/2009

EDITAL SEAGP Nº 105/2009
CONVOCA CANDIDATOS APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2007.

O Secretário Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais e por determinação do Chefe do Poder Executivo, considerando a realização do Concurso Público nº 001/2007, divulgado através do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007, bem como, o resultado do mesmo divulgado através do EDITAL DE HOMOLOGAÇÃO DO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2007, de 22 de janeiro de 2008, que homologou os resultados do referido concurso, e Considerando que os demais candidatos aprovados constituem Cadastro de Reserva, na forma do item 8.4 do Edital nº 001/2007, de 04 de setembro de 2007,

RESOLVE:

Convocar, para aceite das vagas e contratações, os candidatos ao final relacionados (Anexo I deste Edital), aprovados no Concurso Público nº 001/2007, para comparecer ao Departamento de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública – DGP/SEAGP, situado a Av. Dr. João Rimsa, nº 601, Centro, Imbituba, SC, no período de 28 de setembro a 27 de outubro de 2009, no horário das 14h às 17h, para assinatura do Edital de Convocação Individual e encaminhamento para a avaliação médica pré-admissional.

O não comparecimento do(s) candidato(s) ora convocado(s) no período, horário e local indicados no presente instrumento convocatório ou não apresentação de todos os originais e cópias dos

documentos supracitados acarretará sua automática e definitiva eliminação do concurso, com a conseqüente perda da vaga em questão, independentemente dos argumentos que apresentar, perdendo, por conseguinte, todos os direitos oriundos de sua aprovação no referido Concurso Público.

Ficam os candidatos, inclusive os portadores de deficiência, convocados para a avaliação médica pré-admissional a ser realizada pela Comissão Municipal de Médicos Peritos, para emissão de Atestado de Saúde Ocupacional, no prazo de até 30 (trinta) dias, após a entrega dos documentos relacionados no Edital de Convocação Individual.

O exame médico é eliminatório, sendo excluído do certame o candidato que não apresentar aptidão física e/ou mental para o exercício do emprego público.

O candidato, convocado por este Edital, caso não apresente ao DGP/SEAGP a documentação exigida neste Edital, no prazo estabelecido perderá automaticamente a vaga, convocando-se o candidato com classificação imediatamente posterior.

Imbituba, 28 de Setembro de 2009.

DANIEL VINÍCIO ARANTES NETO

Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública

EDITAL SEAGP Nº 105/2009

Assistente Social

Mariane Luize Oliveira

Servente Merendeira

Joanete Maria Dolores Tedesco

José Boiteux

Prefeitura Municipal

Edital de Licitação 038/2009 - PMJB

MUNICÍPIO DE JOSÉ BOITEUX-SC

PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 038/2009

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2009

O Prefeito em Exercício do Município de José Boiteux – SC, torna público, que fará realizar Processo Licitatório modalidade Pregão Presencial, no dia 08/10/2009, às 09:00 horas, tendo como local, a Prefeitura Municipal de José Boiteux, sito a Rua 16 de Junho nº 13, Referente ao Registro de Preço para o fornecimento de materiais de higiene e limpeza para a utilização da Secretaria de Administração e Finanças, Secretaria da Agricultura, Secretaria da Família e Ação Social, Secretaria de Obras e Secretaria da Educação Cultura e Desporto para o exercício 2009. A relação completa dos itens encontra-se no anexo I do presente Edital. Demais informações diariamente, das 08:00 às 12:00 horas no Departamento de Compras da Prefeitura, no endereço acima, no site www.pmjb.sc.gov.br ou pelo fone/fax (47) 3352-7030.

José Boiteux/SC, em 28 de setembro de 2009

JOSÉ LUIZ LOPES

Prefeito Municipal

Massaranduba

Prefeitura Municipal

Contrato Aditivo Nº 38/4

CONTRATO ADITIVO Nº 38/4 - PAVIPLAN
PREFEITURA MUNICIPAL DE MASSARANDUBA
ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADITIVO Nº.: 38/4

PROCESSO: Tomada de Preços nº. 27/2009

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Massaranduba

CONTRATADO: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA

OBJETO: Quarto termo aditivo ref. prorrogação de prazo para execução de obra de Pavimentação Asfáltica com Cbuq, sinalização viária e obras complementares de trechos das Ruas Alfredo Muller, Helga Guesser e Santa Catarina – Rótula da Praça Guesser.

DATA DA VIGÊNCIA: 15/09/2009 a 14/10/2009.

MARIO FERNANDO REINKE

Prefeito Municipal

Monte Carlo

Prefeitura Municipal

Extrato de Aditivo Nº 01/2009 do Contrato 26/2009

EXTRATO DE ADITIVO Nº 01/2009 DO CONTRATO 26/2009.

Contratante: Município de Monte Carlo.

Contratada: ANDREONI JR. CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA

Objeto: Execução de serviços adicionais na obra de CONSTRUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO EM TERRENO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO BASICO "SONHO INFANTIL" com fornecimento de materiais, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, conforme memoriais descritivos, projetos e planilhas quantitativas e orçamentárias, em Anexo ao Edital.

OBJETO DO ADITIVO: Aditivo de adequação de valor, com acréscimo de R\$ 795,00 (Setecentos e noventa e cinco reais), pelos serviços adicionais especificados em documentos anexos ao processo licitatório nº 28/2009 – CV Nº 04/2009.

Data da Assinatura: Monte Carlo 24 de setembro de 2009.

ANTONINHO TIBÚRCIO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Paulo Lopes

Prefeitura Municipal

Extrato de Rescisão de Contrato 59-2009

Extrato de Rescisão do contrato nº 59/2009 conforme Processo Licitatório nº 31/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Sandrini & Botega Ltda, CNPJ nº 00.796.042/0001-80.

Objeto: Contratação de Empresa de Engenharia para executar os serviços de Operação e Manutenção do Serviço Municipal de abastecimento de Água no município de Paulo Lopes.

Valor Estimado: R\$ 50.535,00 (Cinquenta mil e quinhentos e trinta e cinco reais) pagos mensalmente.

Data da Rescisão: 09/09/2009.

Extrato de Rescisão de Contrato 62-2009

Extrato de Rescisão do contrato nº 62/2009 conforme Processo Licitatório nº 34/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Adílio Rodrigues, CPF nº 018.411.309-15.

Objeto: Locação de um Galpão na localidade da Penha.

Valor Estimado: R\$ 300,00 (Trezentos reais) pagos mensalmente.

Data da Rescisão: 01/09/2009.

Extrato de Contrato 93-2009

Extrato do contrato nº 93/2009 conforme Processo Licitatório nº 50/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Repecon Automóveis Ltda, CNPJ nº 83.878.512/0001-82.

Objeto: Aquisição de um automóvel.

Valor Estimado: R\$ 29.200,00 (Vinte e nove mil e duzentos reais) pago de acordo com a autorização de compra e fornecimento.

Vigência: 03/11/2009.

Extrato de Contrato 94-2009

Extrato do contrato nº 94/2009 conforme Processo Licitatório nº 51/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: A. G. Kienen & Cia Ltda, CNPJ nº 82.225.947/0001-65.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.

Valor Estimado: R\$ 15.610,50 (Quinze mil e seiscentos e dez reais e cinquenta centavos) pago de acordo com a autorização de compra e fornecimento.

Vigência: 31/12/2009.

Extrato de Contrato 95-2009

Extrato do contrato nº 95/2009 conforme Processo Licitatório nº 51/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda, CNPJ nº 67.729.178/0001-49.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.

Valor Estimado: R\$ 31.905,00 (Trinta e um mil e novecentos e cinco reais) pago de acordo com a autorização de compra e fornecimento.

Vigência: 31/12/2009.

Extrato de Contrato 96-2009

Extrato do contrato nº 96/2009 conforme Processo Licitatório nº 51/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Cristália Produtos Químicos Farmacêuticos Ltda, CNPJ nº 44.734.671/0001-51.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.

Valor Estimado: R\$ 10.657,80 (Dez mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) pago de acordo com a autorização de compra e fornecimento.

Vigência: 31/12/2009.

Extrato de Contrato 97-2009

Extrato do contrato nº 97/2009 conforme Processo Licitatório

nº 51/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Prodiel Farmacêutica Ltda, CNPJ nº 81.887.838/0001-40.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.

Valor Estimado: R\$ 22.758,50 (Vinte e dois mil e setecentos e cinquenta e oito reais e cinquenta centavos) pago de acordo com a autorização de compra e fornecimento.

Vigência: 31/12/2009.

Extrato de Contrato 98-2009

Extrato do contrato nº 98/2009 conforme Processo Licitatório nº 51/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Sulmedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda, CNPJ nº 92.536.010/0001-64.

Objeto: Aquisição de Medicamentos.

Valor Estimado: R\$ 26.224,80 (Vinte e seis mil e duzentos e vinte e quatro reais e oitenta centavos) pago de acordo com a autorização de compra e fornecimento.

Vigência: 31/12/2009.

Extrato de Contrato 99-2009

Extrato do contrato nº 99/2009 conforme Processo Licitatório nº 56/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Transporte Themoteo Ltda ME, CNPJ nº 11.091.750/0001-32.

Objeto: Contratação de Serviço Terceirizado de Transporte Escolar.

Valor Estimado: R\$ 2,10 (Dois reais e dez centavos) por quilometro rodado, pago mensalmente de acordo com a autorização de serviços.

Vigência: 08/01/2010.

Extrato de Contrato 100-2009

Extrato do contrato nº 100/2009 conforme Processo Licitatório nº 57/2009.

Contratante: Prefeitura Municipal de Paulo Lopes.

Contratado: Vitalab Análises Clínicas Ltda, CNPJ nº 04.888.923/0001-82.

Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de Análises Clínicas.

Valor Estimado: R\$ 19.554,00 (Dezenove mil e quinhentos e cinquenta e quatro reais), pago mensalmente de acordo com a autorização de serviços.

Vigência: 31/12/2009.

Porto Belo

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 715/2009

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE PORTO BELO

GABINETE DO PREFEITO

DECRETO Nº 715/2009

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA, PARA FINS DE DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL OU JUDICIAL, EM CARÁTER DE URGÊNCIA, ÁREAS DE TERRAS LOCALIZADAS NO MUNICÍPIO DE PORTO BELO"

ALBERT STADLER, Prefeito do Município de Porto Belo, no uso das atribuições legais conferidas pelo Art. 41, III da Lei Orgânica do Município, e com fundamento no Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

Considerando, o art. 5º, inciso XXIV da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando, a necessidade de implantação do Sistema de Esgoto Sanitário no Município;

Considerando, o projeto de implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário para o Município de Porto Belo;

Considerando, o convênio MTur/PM de Porto Belo-SC/CASAN/Nº 579/2007 firmado entre o Município e a União;

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarado de utilidade pública para fins de desapropriação amigável ou judicial, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365, de 21/06/45, e alterações posteriores, as seguintes áreas de terras:

I – Área de terras de propriedade de EDI SILIPRANDI, com 108.378,00 metros quadrados, localizada na Rodovia BR-101, situada em área rural do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, com as seguintes descrições:

Partindo-se do ponto OPP situado no canto da área junto a uma cerca de divisa sito no Km 155+470m, confrontando-se com terras de Ruy Willecke com as coordenadas UTM Este-736.694,264 e Norte-6.994.377,249, segue pela divisa com azimute de 227º11'15" e distância de 937,17m, determinasse o ponto 01 com as coordenadas UTM Este-736.006,773 e Norte-6.993.740,347. E deste segue-se pela divisa por uma cerca de arame, confrontando-se com as terras de Ildo Balestrini com azimute de 310º26'14" e distância de 110,19m, determinando o ponto 02 com as coordenadas UTM Este-735.922,906 e Norte-6.993.811,818. E deste segue-se pela divisa por uma cerca de arame, confrontando-se com as terras de Antonio João Junckes com azimute de 47º10'09" e distância de 1040,80m, determinando o ponto 03 com as coordenadas UTM Este-736.686,198 e Norte-6.994.519,395. E deste pela divisa, paralelamente a Rodovia BR-101, sito no Km 155+612 á 1740,30m da ponte de acesso do município, segue-se por uma cerca de arame, com azimute de 176º45'09" e distância de 142,38, chegasse até o início da descrição no ponto OPP, perfazendo assim o perímetro da área, conforme planta em anexo.

O terreno acima descrito e caracterizado não foi identificado o nº de registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis e será destinado a construção da Estação de Tratamento "E.T.E Porto Belo" do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário de Porto Belo.

II – Área de terras de propriedade de GUILHERME AUGUSTO FROHLICH, com 475,04 metros quadrados, localizado na Rua Dario Pedro de Souza, s/nº, esquina com a Avenida Almirante Fonseca Neves e próximo a Rua Francisco Aguiar, área com denominação bairro do Perequê, situado no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, com as seguintes descrições:

Partindo-se do ponto OPP, situado no canto do lote com as coordenadas UTM Este-739.434,362 e Norte-6.995.069,195 na confrontação da Rua Dario Pedro de Souza e Avenida Almirante Fonseca Neves, segue-se pela Avenida com azimute de 58º54'47" e distância de 8,00m, determinando o ponto 01 com as coordenadas UTM Este-739.441,213 e Norte-6.995.073,325. E deste segue-se divisa margeando o Rio Perequê, com azimute de 138º14'44" e distância de 15,00m determinasse o ponto 02 com as coordenadas UTM Este-739.451,202 e Norte-6.995.062,135; E deste segue-se pela divisa, ainda margeando o Rio Perequê, com azimute de 117º39'27" e distância de 23,70m determinando o ponto 03 com as coordenadas UTM Este-739.472,191 e Norte-6.995.051,136; E deste segue-se pela divisa por um muro em alvenaria, confrontando-se com a área de a quem de direi-

to, com azimute 238º54'47" e distância 22,70m, determinando o ponto 04 com as coordenadas UTM Este-739.452,751 e Norte-6.995.039,415; E deste segue-se pela divisa, confrontando-se com a Rua Dario Pedro de Souza, com azimute de 328º18'16" e distância de 35,00m até o início da descrição no ponto OPP perfazendo assim o perímetro da área.

O terreno acima descrito e caracterizado está em conformidade com o Registro nº 9498, lavrado no Cartório de Registro de Imóveis de Tijucas, Estado de Santa Catarina, conforme plantas e registros anexos, a qual será destinada a construção do Elevatório "E.E.E Perequê" do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário de Porto Belo.

III – Área de terras de propriedade de EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS ÚNICA LTDA, com 312,00 metros quadrados, caracterizada pelo Lote 012, do Loteamento Jardim Tatiana, no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, localizado na Rua Felix Walendowsky, situada na quadra 'B' entre as ruas Mario Walendowsky e Rua Egidio Cuculo, com as seguintes descrições:

Partindo-se do ponto OPP, situado no canto do lote com as coordenadas UTM Este-740.349,793 e Norte-6.994.334,234, que se encontra á 56,00m da Rua Mario Walendowsky, segue-se por um muro em alvenaria, com azimute de 143º30'01" e distância de 26,00m, determinando o ponto 01 com as coordenadas UTM Este-740.365,456 e Norte-6.994.313,065; E deste segue-se pela divisa, confrontando-se com um lote vago, com azimute de 233º16'11" e distância de 12,00m determinando o ponto 02 com as coordenadas UTM Este-740.355,838 e Norte-6.994.305,888; E deste segue-se pela divisa, por um muro em alvenaria confrontando-se com o lote 014, pertencente á Empreendimentos Imobiliários Única LTDA, com azimute de 323º30'03" e distância de 26,00m determinando o ponto 03 com as coordenadas UTM Este-740.340,185 e Norte-6.994.327,044; E deste segue-se pela divisa, paralelamente a Rua Felix Walendowsky, com azimute de 53º11'33" e distância de 12,00m, chegando até o início da descrição no ponto OPP, perfazendo assim o perímetro da área.

O terreno acima descrito e caracterizado não foi identificado o nº de registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis e será destinado a construção do Elevatório "E.E.E Jardim Tatiana" do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário de Porto Belo.

IV – Área de terras de propriedade de ACACIO JORGE BRUNO NEVES, com 664,00m2, localizada na Avenida Senador Atílio Fontana s/nº á 31,70m da ponte do Rio Perequezinho e próximo a uma faixa de servidão, área com denominação Bairro do Perequê situada no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, com as seguintes descrições:

Partindo-se do ponto OPP, situado no canto do lote com as coordenadas UTM Este-741.370,689 e Norte-6.993.949,277, que se confronta com a área de quem de direito na Avenida Senador Atílio Fontana á 31,70m da ponte, segue-se por um muro em alvenaria com azimute de 204º36'18" e distância de 66,40m, determinando o ponto 01 com as coordenadas UTM Este-741.343,042 e Norte-6.993.888,904; E deste segue-se divisa confrontando-se com o mangue, com azimute de 299º23'28" e distância de 10,00m determinando o ponto 02 com as coordenadas UTM Este-741.334,329 e Norte-6.993.893-811; E deste segue-se pela divisa, confrontando-se com um lote vago, pertencentes á Ambrósio da Silva Mafra Filho, com azimute de 24º36'18" e distância de 66,40m determinando o ponto 03 com as coordenadas UTM Este-741.361,976 e Norte-6.993.954,182; E deste segue-se novamente pela Avenida Senador Atílio Fontana, com azimute de 119º23'28" e distância de 10,00m, até o início da descrição no ponto OPP, perfazendo assim o perímetro da área.

O terreno acima descrito e caracterizado não foi identificado o nº de registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis e será destinado a construção do Elevatório "E.E.E Perequezinho" do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário de Porto Belo.

V – Área de terras de propriedade de ROVENE HEIDRICH WUEST CORREA LYRA, com 483,00 metros quadrados, localizada na Rua Vitor Joaquim Mendes, com número de controle da Prefeitura sob nº 230 e 242 esquina da rua Lucio José Airoso, a 40,00m próximo de um rio e aproximadamente 45,00m da Avenida Governador Celso Ramos, área com denominação Bairro Vila Nova, situado no Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, com as seguintes descrições:

Partindo-se do ponto OPP, situado no canto do lote com as coordenadas UTM Este-741.215,290 e Norte-6.993.611,736, que se confronta com a área de quem de direito a 36,00m da Rua Lucio José Airoso, segue-se pela Rua Vitor Joaquim Mendes com azimute de $316^{\circ}16'23''$ e distância de 23,00m, determinando o ponto 01 com as coordenadas UTM Este-741.199,429 e Norte-6.993.628,318; E deste segue-se pela divisa confrontando-se com uma área vaga, pertencente a quem de direito com azimute de $45^{\circ}45'58''$ e distância de 21,00m determinando o ponto 02 com as coordenadas UTM Este-741.214,493 e Norte-6.993.642,985; E deste segue-se pela divisa, por um muro em alvenaria, com azimute de $136^{\circ}12'26''$ e distância de 23,00m determinando o ponto 03 com as coordenadas UTM Este-741.230,354 e Norte-6.993.626,403; E deste segue-se ainda por um muro em alvenaria, confrontando-se com um lote pertencentes a quem de direito, com azimute de $225^{\circ}45'58''$ e distância de 21,00m, chegando até o início da descrição no ponto OPP, perfazendo assim o perímetro da área.

O terreno acima descrito e caracterizado é parte da Matrícula nº 11353, Livro nº 2, fls. 175, lavrado no Cartório de Registro de Imóveis de Tijucas, Estado de Santa Catarina, conforme plantas e registros anexos, a qual será destinada a construção do Elevatório "E.E.E Vila Nova" do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário de Porto Belo.

VI – Área de terras de propriedade de ELEOTÉRIO GRAF, com 220,00m², localizado na Rua João Benedito Guerreiro com número de controle da Prefeitura sob nº 521, esquina da Rua Neuci Maria Machado de Souza e próximo da Avenida Governador Celso Ramos, área situada no Centro do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, com as seguintes descrições:

Partindo-se do ponto OPP, situado no canto do lote com as coordenadas UTM Este-742.571,652 e Norte-6.993.736,620, que se confronta com a área de quem de direito a 42,20m da Avenida Governador Celso Ramos, segue-se pela Rua João Benedito Guerreiro com azimute de $08^{\circ}43'18''$ e distância de 11,00m, determinando o ponto 01 com as coordenadas UTM Este-742.573,320 e Norte-6.993.747,493. E deste segue-se pela divisa confrontando-se com a Rua Neuci Maria Machado de Souza, com azimute de $97^{\circ}43'48''$ e distância de 20,00m determinando o ponto 02 com as coordenadas UTM Este-742.593,139 e Norte-6.993.744,803. E deste segue-se pela divisa, confrontando-se com uma área vaga, pertencente a quem de direito, com azimute de $188^{\circ}43'18''$ e distância de 11,00m determinando o ponto 03 com as coordenadas UTM Este-742.591,416 e Norte-6.993.733,937. E deste segue-se por um muro em alvenaria, confrontando-se com um lote pertencente a quem de direito, com azimute de $277^{\circ}43'48''$ e distância de 20,00m, chegando até o início da descrição no ponto OPP, perfazendo assim o perímetro da área.

O terreno acima descrito e caracterizado não foi identificado o nº de registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis e será destinado a construção do Elevatório "E.E.E Marina" do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário de Porto Belo.

VII – Área de terras de propriedade EDITH REBELO CRUZ, com 820,00m², localizado na Avenida Governador Celso Ramos, com número de controle da Prefeitura sob nº 224, entre as ruas de Servidão Tomazia Simas e Manoel Zacarias da Silva, área situada no Centro do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, com as seguintes descrições:

Partindo-se do ponto OPP, situado no canto do lote com as coordenadas UTM Este-743.114,081 e Norte-6.993.877,522, que se localiza a 1,50m da ponte confrontando-se com as margens do Rio sem denominação, segue-se pelas margens, com azimute de $201^{\circ}25'59''$ e distância de 36,80m, determinando o ponto 01 com as coordenadas UTM Este-743.095,221 e Norte-6.993.845,877. E deste segue-se pela divisa ainda confrontando-se com as margens do rio, com azimute de $215^{\circ}37'32''$ e distância de 21,40m determinando o ponto 02 com as coordenadas UTM Este-743.085,153 e N-6.993.826,061. E deste segue-se pela divisa, por um muro em alvenaria confrontando-se com uma área vaga, pertencente a quem de direito, com azimute de $334^{\circ}07'54''$ e distância de 35,00m determinando o ponto 03 com as coordenadas UTM Este-743.069,879 e N-6.993.857,557.

O terreno acima descrito e caracterizado está em conformidade com o Registro nº 1010, lavrado no Cartório de Registro de Imóveis de Tijucas, Estado de Santa Catarina, as fls. 1.011 do Livro 2-F, conforme plantas e registros anexos, a qual será destinada a construção do Elevatório "E.E.E Centro" do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário de Porto Belo.

VIII - Área de terras de propriedade de EDITH REBELO CRUZ, com 456,60m², localizado na Rua Alda Tavares Matias, com número de controle da Prefeitura sob nº 174, esquina com a Rua Manoel Felipe da Silva, área situada no Centro do Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, com as seguintes descrições:

Partindo-se do ponto OPP, situado no canto do lote que se localiza entre as Ruas Alda Tavares Matias e Rua Manoel Felipe da Silva com as coordenadas UTM Este-743.744,644 e Norte-6.994.271,195, segue-se pela divisa paralelamente a Rua Manoel Felipe da Silva, com azimute de $64^{\circ}16'49''$ e distância de 21,00m, determinando o ponto 01 com as coordenadas UTM Este-743.763,564 e Norte - 6.994.280,309. E deste que está a 6,00m da ponte, segue-se pela divisa margeando o Rio Rebelo, com azimute de $126^{\circ}28'42''$ e distância de 21,50m, determinando o ponto 02 com as coordenadas UTM Este-743.780,843 e Norte-6.994.267,533. E deste segue-se pela divisa, por um muro em alvenaria confrontando-se com uma área pertencente a quem de direito, com azimute de $248^{\circ}53'17''$ e distância de 31,24m determinando o ponto 03 com as coordenadas UTM Este-743.751,700 e Norte-6.994.256,280. E deste segue-se pela divisa, paralelamente a Rua Alda Tavares Matias, com azimute de $334^{\circ}40'57''$ e distância de 16,50m, chegando até o início da descrição no ponto OPP, perfazendo assim o perímetro da área.

O terreno acima descrito e caracterizado não foi identificado o nº de registro junto ao Cartório de Registro de Imóveis e será destinado a construção do Elevatório "E.E.E Prefeitura" do Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário de Porto Belo.

Art. 2º. As áreas referidas no artigo anterior destinam-se a Implantação do Sistema de Esgotamento Sanitário que abrange o Município de Porto Belo, Estado de Santa Catarina, podendo o Poder Público Municipal em função do caráter de urgência da desapropriação, requerer judicialmente a imissão provisória na posse do bem, mediante depósito prévio de quantia obtida nos termos do art. 15, e seu parágrafo, do Decreto-Lei nº 3.365/41.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigência na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 161, de 21 de fevereiro de 2007.

Centro Administrativo "Prefeito Antônio Stadler Filho",
em Porto Belo – SC, aos 24 dias do mês de setembro de 2009.
ALBERT STADLER
Prefeito

Porto União

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 217/2009

DECRETO Nº 217, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009.
DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município, e tendo em vista a Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009,

DECRETA:

Art. 1º NOMEIA MARIA ANGÉLICA GOSLAR NIZER, para o cargo de Provimento em Comissão de Assessor Pedagógico, Símbolo AS, previsto no anexo IV da Lei Municipal nº 3.605, de 25 de maio de 2009.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 09 de setembro de 2009, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC.

Porto União (SC), 16 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Portaria Nº 657/2009

PORTARIA Nº 657, DE 17 DE SETEMBRO DE 2009.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Artigo 84, inciso II, Alínea "a", da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º CONCEDER FUNÇÃO DE CONFIANÇA, como Responsável pela Equipe de Trabalho, a partir de 01 de setembro de 2009, à servidora efetiva Elizabeth Aparecida Roiek Maciel, conforme previsto na Lei Municipal nº 3.599, de 20 de maio de 2009.

Art. 2º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Porto União - SC, em 17 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

ROBERTO BONFLEUR
Secretário Municipal de Administração, Esporte e Cultura

Homologação e Adjudicação Processo Licitatório 093/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 093/2009
Pregão Presencial 036/2009
Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Revestin Ind e Com de Revestimentos Ltda e Sinalblu Ind e Com Ltda.

Porto União SC, 28 de julho de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Homologação e Adjudicação Processo Licitatório 107/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 107/2009
Tomada de Preços 018/2009

Termo de Homologação

Expirado o prazo recursal, torna publica a homologação do processo licitatório em epígrafe e adjudica-se a empresa Valdecir Fernandes Calçamento.

Porto União SC, 15 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Homologação e Adjudicação Processo Licitatório 115/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 115/2009
Pregão Presencial 045/2009

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Vivo SA.

Porto União SC, 21 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Homologação e Adjudicação Processo Licitatório 116/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 116/2009
Pregão Presencial 046/2009

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa A Mendes Terraplanagens Const. E Ext. de Minerais Ltda.

Porto União SC, 23 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Homologação e Adjudicação Processo Licitatório 120/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 120/2009
Pregão Presencial 048/2009

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa Reunidas Turismo SA.

Porto União SC, 22 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Homologação e Adjudicação Processo Licitatório 124/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 124/2009
Pregão Presencial 050/2009

Termo de Homologação

Homologo o aludido processo licitatorio e adjudico a empresa Niws Com de Materiais e Serviços de Demarcação Viária Ltda.

Porto União SC, 24 de setembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 003/2009 – Anulação de Processo - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatorio 003/2009 CULTURA
Pregão Presencial 001/2009 CULURA
Anula-se o aludido processo licitatorio com base no art 49 da lei 8.666/93.

Porto União SC, 18 de setembro de 2009
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Aviso de Revogação de Edital de Concorrência Pública Nº 004/2009

AVISO DE REVOGAÇÃO DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 004/2009

O Município de Porto União – SC vem, por intermédio do presente aviso, informar a decisão de revogação, com o conseqüente cancelamento do processo licitatório, do Edital de Concorrência Pública nº 004/2009 para a outorga de concessão para operação do serviço público de transporte coletivo municipal de passageiros de Porto União – SC, decorrente do Processo Administrativo nº 089/2009.

Tal decisão, consubstanciada no poder revisional dos atos administrativos conferidos à Administração Pública nos termos da Súmula 473 do STF, tem como motivo o superveniente interesse público de reapreciação das cláusulas editalícias e promoção de possíveis correções, considerando a decisão nº 3312/2009 do Pleno do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, fundamentada no Relatório de Instrução DLC/Insp.2/Div.4 nº 170/2009, em sessão datada de 09 de setembro do corrente.

Por oportuno, registre-se que esta disponíveis aos candidatos, taxa de R\$ 1.000,00 (um mil reais) recolhida para fins de entrega da cópia do edital revogado.

Porto União, 23 de setembro de 2009.
RENATO STANIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 100/2009 – Aviso de Revogação - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatorio 100/2009
Convite 024/2009
Revoga-se o aludido processo licitatorio com base no art 49 da lei 8.666/93.

Porto União SC, 29 de julho de 2009
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 106/2009 – Aviso de Revogação - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatorio 106/2009
Tomada de Preços 016/2009
Revoga-se o aludido processo licitatorio com base no art 49 da lei 8.666/93.

Porto União SC, 09 de setembro de 2009.
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Processo Licitatório Nº 122/2009 – Aviso de Revogação - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatorio 122/2009
Pregão Presencial 049/2009
Anula-se o aludido processo licitatorio com base no art 49 da lei 8.666/93.

Porto União SC, 15 de setembro de 2009
RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 022/2009 - FMAS

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato de Contrato 022/2009 - FAS
Primeiro Termo aditivo ao contrato 018/2009 - FAS
Partes: Município de Porto União e Jackiw & Jackiw Ltda.

Clausula Primeira: Do Preço
Adita-se o aludido contrato superior em 25% (vinte e cinco) por cento.

Clausula Segunda: Da vigência
Prorroga-se até 21 de dezembro de 2009.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 21 de setembro de 2009.
Jackiw & Jackiw Ltda
Contratada

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 023/2009 - FMAS

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Extrato de Contrato 023/2009 - FAS
Primeiro Termo aditivo ao contrato 019/2009 - FAS
Partes: Município de Porto União e Superlighth Alimentos Ltda.

Clausula Primeira: Do Preço
Adita-se o aludido contrato superior em 25% (vinte e cinco) por cento.

Clausula Segunda: Da vigência
Prorroga-se até 21 de dezembro de 2009.

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 23 de setembro de 2009.
Superlighth Alimentos Ltda
Contratada

RENATO STASIAK
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 110/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 110/2009

Partes: Município de Porto União e Reunidas Turismo SA.

Objeto: transporte extra curricular de alunos.

Valor total : R\$ 44.500,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos reais)

Base legal Pregão Presencial 048/2008 e lei 10.520/02

Vigência: 22 de setembro de 2010 podendo ser prorrogado por igual período

Porto União SC, 22 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Reunidas Turismo SA

Contratada

Extrato de Contrato Nº 144/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 144/2009

Partes: Município de Porto União e Revestin Ind e Com de Revestimentos Ltda

Objeto: fornecimento de tintas viarias.

Valor total : R\$ 25.440,00 (vinte e cinco mil e quatrocentos e quarenta reais)

Base legal Pregão Presencial 036/2009 e lei 10.520/02

Vigência: 31 de dezembro de 2009 ou a retirada total dos materiais

Porto União SC, 28 de julho de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Revestin Ind e Com de Revestimentos Ltda

Contratada

Extrato de Contrato Nº 145/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 145/2009

Partes: Município de Porto União e Sinalblu Ind e Comercio Ltda.

Objeto: fornecimento de tintas viarias.

Valor total : R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais)

Base legal Pregão Presencial 036/2009 e lei 10.520/02

Vigência: 31 de dezembro de 2009 ou a retirada total dos materiais

Porto União SC, 28 de julho de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Sinalblu Industria e Comercio Ltda

Contratada

Extrato de Contrato Nº 162/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 162/2009

Primeiro Termo aditivo ao contrato 122/2009

Partes: Município de Porto União e Ade Comercio d e Frutas e Verduras Ltda.

Clausula Primeira: Prorroga-se até 25 de setembro de 2009 o aludido contrato superior. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 21 de agosto de 2009.

Ade Comercio de Frutas e Verduras Ltda

Contratada

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato Nº 207/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 207/2009

Partes: Município de Porto União e Valdecir Fernandes Calçamento ME

Objeto: mão de obra para conserto de calçamento em lajotas e palelepipados.

Valor: R\$ 5.50 (cinco reais e cinquenta centavos) o m2

Vigência: 15 de setembro de 2010

Base legal Tp 018/2009 e lei 8666/93

Porto União SC, 10 de setembro de 2009.

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Valdecir Fernandes Calçamento ME

Contratada

Extrato de Contrato Nº 208/2009 - PMPU

MUNICÍPIO DE PORTO UNIÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato de Contrato 208/2009

Terceiro Termo aditivo ao contrato 204/2009

Partes: Município de Porto União e Teleunião Telecomunicações Ltda.

Clausula Primeira: Adita-se ao aludido contrato um alarme que será instalado na Casa da Cultura. As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Porto União SC, 17 de setembro de 2009.

Teleunião Telecomunicações Ltda

Contratada

RENATO STASIAK

Prefeito Municipal

Rio do Sul**Prefeitura Municipal****Portaria Nº 007/2009 FMS**

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA Nº 007/09, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009.

"INCLUI MEMBRO PARA EXERCER O CARGO DE MÉDICO AUTORIZADOR, DA DIVISÃO DE CONTROLE, AVALIAÇÃO E AUDITORIA"

O Secretário Municipal de Saúde de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para exercer o cargo de Médico Autorizador, da Divisão de Controle, Avaliação e Auditoria, à partir de 01/09/2009, conforme a Lei nº 3213/97, que dispõe sobre o Sistema Municipal de Controle, Avaliação e Auditoria no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS, o servidor abaixo relacionado:

AUDITORIA

1. Marlos Hedrey da Silveira – Médico Autorizador – CRM/SC Nº 9612

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, permanecendo inalteradas as Portarias nº 002 e 003/2009.

Gabinete do Secretário de Saúde, 24 de setembro de 2009.

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

Extrato de Edital 39/2009 FMS**AVISO DE LICITAÇÃO**

EDITAL DE CONVITE PARA OBRAS E SERVIÇOS Nº 39/2009 – FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul, torna público, que fará realizar na sede da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, na Praça 25 de Julho, nº 01, licitação na modalidade de CARTA CONVITE, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para contratação de serviço especializado para pintura interna, externa e dos muros do CAM (Centro de Atendimento à Mulher) e da Estratégia de Saúde da Família (ESF) Santana; compreendendo lixação, lavagem, preparação, aplicação de fundo, tinta e acabamento.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, no Setor de Compras e Licitações do Fundo Municipal de Saúde, sito a rua Tuiuti, nº 154, Centro, Rio do Sul – SC, das 07:30 às 13:30 horas de segunda a sexta feira.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas serão recebidos até às 09:00 horas do dia 09 de outubro de 2009, devendo ser protocolados na Divisão de Licitações da Prefeitura Municipal de Rio do Sul. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia de 09 de outubro de 2009, na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Rio do Sul.

Rio do Sul, 25 de setembro de 2009

LUIZ CARLOS ZANIS

Secretário Municipal de Saúde

MILTON HOBUS

Prefeito Municipal

São Lourenço do Oeste

Prefeitura Municipal

Lei Nº 1.827

LEI Nº 1.827, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009.

DISPÕE SOBRE O CONSELHO TUTELAR E A POLÍTICA MUNICIPAL DE ATENDIMENTO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes do município, que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

TÍTULO I**CAPÍTULO I**

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, NATUREZA E ATRIBUIÇÕES

Art. 1º Fica criado o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, órgão normativo, consultivo, deliberativo e fiscalizador da política de promoção, atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 2º Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, além de outras funções que lhe forem atribuídas:

I - definir a política de promoção, atendimento e defesa da infância e da adolescência no município, com vistas ao cumprimento e às obrigações e garantias de seus direitos fundamentais e constitucionais;

II - fiscalizar ações governamentais e não-governamentais, relativas à promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente;

III - articular e integrar as entidades governamentais e não-governamentais, com atuação vinculada à infância, definidas no Estatuto da Criança e do Adolescente;

IV - fornecer os elementos e informações necessárias à elaboração da proposta orçamentária para planos e programas;

V - receber, encaminhar e acompanhar, junto aos órgãos competentes, denúncias de todas as formas de negligência, omissão, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão contra a criança e o adolescente, fiscalizando a apuração e a execução;

VI - manter permanente entendimento com o Poder Judiciário, Ministério Público, Poderes Executivo e Legislativo, propondo, inclusive, se necessário, alterações na legislação em vigor e nos critérios adotados para o atendimento à criança e ao adolescente;

VII - promover intercâmbio com entidades públicas ou particulares, visando o aperfeiçoamento e consecução de seus objetivos;

VIII - difundir e divulgar amplamente a política municipal destinada à criança e ao adolescente; e

IX - elaborar seu Regimento Interno.

Art. 3º O atendimento dos direitos da criança e do adolescente no âmbito municipal, far-se-á através de:

I - políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esportes, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade;

II - políticas e programas de assistência social em caráter supletivo, para aqueles que dela necessitem; e

III - serviços especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo único. O Município destinará recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivos e de lazer, voltadas para a infância e a juventude.

Art. 4º São órgãos da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente; e

II - Conselho Tutelar.

Art. 5º O Município poderá criar programas e serviços a que aludem os incisos II e III, do artigo 2º desta Lei, ou estabelecer consórcio intermunicipal para atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais de atendimento, mediante prévia autorização do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Os programas a que se refere o caput deste artigo serão classificados como de proteção ou sócio-educativos e destinar-se-ão a:

I - orientação e apoio sócio-familiar;

II - apoio sócio-educativo em meio aberto;

III - colocação familiar;

IV - abrigo; e

V - liberdade assistida.

CAPÍTULO II DA CONSTITUIÇÃO DO CONSELHO

Art. 6º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído por 08 (oito) membros titulares e 08 (oito) membros suplentes, sendo:

I - 04 (quatro) membros titulares e 04 (quatro) membros suplentes de órgãos públicos municipais, quais sejam:

- a) Secretaria da Educação;
- b) Secretaria da Saúde;
- c) Secretaria da Fazenda; e
- d) Secretaria de Desenvolvimento Social.

II - 04 (quatro) membros titulares e 04 (quatro) membros suplentes indicados pelas seguintes organizações representativas da participação popular:

- a) APPs das escolas situadas em área urbana do município;
- b) APPs das escolas situadas em área rural do município;
- c) Organizações religiosas que prestam assistência à criança e ao adolescente; e
- d) Clubes de serviços regularmente legalizados.

§ 1º O mandato dos conselheiros que representam as entidades não-governamentais, será de 02 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 2º Os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não receberão qualquer tipo de remuneração sendo considerado serviço de interesse público relevante.

Art. 7º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente elegerá, entre seus membros, e com mandato de 02 (dois) anos, um presidente, um vice-presidente, um secretário e um tesoureiro.

CAPÍTULO III DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 8º Fica criado o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FIA destinado a captar e aplicar recursos financeiros a serem utilizados segundo as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º O fundo constitui-se de:

- a) dotações orçamentárias destinadas pelos Poderes Públicos;
- b) dotações de pessoas físicas e jurídicas;
- c) os produtos das aplicações dos recursos disponíveis;
- d) o produto de venda de materiais, de publicações e de eventos realizados; e
- e) por outros recursos que lhe forem destinados.

§ 2º O Fundo será obrigado a prestar contas anualmente ao Conselho Municipal, às entidades governamentais, das quais tenha recebido dotações, subvenções ou auxílios, e apresentar o balanço anual a ser publicado na imprensa local.

Seção I DA CONSTITUIÇÃO E COMPETÊNCIA DO FUNDO

Art. 9º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será constituído de dotação orçamentária do Município e de recursos proveniente dos Conselhos Nacional e Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, por doações, auxílios, subvenções e legados que eles sejam destinados, pelos valores de multa e/ou penalidades previstas na Lei Federal nº 8069/90, por recursos e aplicações financeiras, bem como, do imposto de renda, observado o que estabelece o artigo 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 10. Compete ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente registrar os recursos orçamentários próprios do Município ou a ele transferido de maneira a viabilizar a execução da política municipal de atendimento dos direitos da criança e do

adolescente, através de convênios estaduais, nacionais, estrangeiras e internacionais.

Art. 11. O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será administrado pelo Executivo Municipal que fará seu controle escritural, de acordo com as deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

TÍTULO II CAPÍTULO I CRIAÇÃO E NATUREZA DO CONSELHO TUTELAR

Art. 12. Esta Lei dispõe ainda sobre a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação.

Art. 13. Fica criado o Conselho Tutelar, como órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, na forma escrita na Lei federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente (arts. 131 e 136).

§ 1º As decisões do Conselho Tutelar são de natureza funcional, ou seja, em matéria técnica de sua competência cabe-lhe tomar decisões e aplicar medidas sem qualquer interferência externa.

§ 2º As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser modificadas por ele próprio ou pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Art. 14. O Conselho Tutelar será composto de 5 (cinco) membros titulares, ficando os demais candidatos como seus suplentes naturais, classificados pela ordem decrescente de votação, com mandato de três anos, permitida a reeleição por uma vez.

Art. 15. O Conselho Tutelar será organizado dentro dos seguintes critérios:

I - funcionamento ininterrupto, inclusive nos finais de semana e feriados, obedecendo escala de rodízio entre seus membros; e
II - deslocamentos, sempre que necessário, de parte ou da totalidade dos membros do Conselho, para fiscalização de sua iniciativa ou na apuração de denúncias.

Art. 16. O Conselho Tutelar integra o quadro das instituições públicas municipais;

Art. 17. A Lei Orçamentária Municipal deverá, em programas de trabalhos específicos, estabelecer dotação para implantação e manutenção do Conselho Tutelar, para o custeio das atividades desempenhadas pelo mesmo, inclusive para as despesas com subsídios e qualificação dos conselheiros, aquisição e manutenção de bens móveis e imóveis, pagamento de serviços de terceiros e encargos, diárias, material de consumo, passagens e outras despesas.

Parágrafo único. Fica vedado o uso de recursos do FIA – Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para os fins previstos no caput deste artigo, exceto para fins de formação e qualificação dos Conselheiros Tutelares.

Art. 18. A função de conselheiro exige dedicação exclusiva, vedado o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.

Parágrafo único. A função de conselheiro tutelar deverá ser remunerada, cabendo ao Poder Executivo Municipal, por meio de recursos do orçamento público local, garantir aos conselheiros todos os direitos sociais estabelecidos na Constituição Federal durante o mandato dos mesmos, inclusive todos os direitos previstos aos servidores municipais, aplicando-se subsidiariamente a lei municipal.

CAPÍTULO II**DA POLÍTICA DE ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 19. Na aplicação das medidas protetivas previstas pelo artigo 101, da Lei Federal 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente), bem como nas atribuições previstas pelo artigo 136 do mesmo diploma legal, o Conselho Tutelar deverá considerar sempre o superior interesse da criança e do adolescente.

Art. 20. No exercício da atribuição prevista pelo artigo 95 da Lei Federal nº 8.069/90, o Conselho Tutelar deverá comunicar os resultados da fiscalização procedida, mediante relatório, ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente do município de São Lourenço do Oeste – SC.

Art. 21. O Conselho Tutelar deverá utilizar o Sistema de Informação e Proteção para Infância e Adolescência – SIPIA, e entregar mensalmente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o relatório das medidas protetivas aplicadas e dos serviços solicitados ao Poder Executivo local, indicando as principais demandas da circunscrição a que está situado para os fins do Artigo 136, inciso IX, da Lei 8.069/90.

Art. 22. O Conselho Tutelar deverá utilizar o SIPIA como mecanismo de sistematização e gerenciamento de informações sobre a política de proteção à infância e adolescência do município.

Parágrafo único. Na hipótese de restar indisponível o SIPIA, o Conselho Tutelar deverá elaborar relatórios das medidas protetivas e dos serviços requisitados mensalmente, a serem entregues aos Conselheiros Municipais de Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO III**DAS ATRIBUIÇÕES FUNCIONAMENTO COMPETÊNCIA DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 23. São atribuições do Conselho Tutelar (art. 96 e 136, ECA):

I - atender as crianças e adolescentes sempre que houver ameaça ou violação dos direitos reconhecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente:

- a) por ação ou omissão da Sociedade ou do Estado;
- b) por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; e
- c) em razão de sua conduta (arts. 98, 103 e 105, ECA).

II - promover a execução de suas decisões, podendo para tanto:

- a) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança;
- b) representar junto à Autoridade Judiciária, nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações;
- c) encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra o direito da criança e do adolescente;
- d) encaminhar à Autoridade Judiciária os casos de sua competência;
- e) providenciar a medida estabelecida pela Autoridade Judiciária, dentre as previstas no Art. 101, de I a VI do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;
- f) expedir notificações;
- g) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário;
- h) assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente;
- i) representar, em nome da pessoa ou da família, contra programa ou programações de rádio ou televisão que desrespeitem valores éticos e sociais, bem como propaganda de produtos, práticas e serviços que possam ser nocivos à saúde da criança e do adolescente (art. 203, 3º, Inciso II da Constituição Federal c/c art. 136, X, ECA);
- j) fiscalizar as entidades governamentais e não governamentais, referidas no art. 90 da Lei 8.069;
- k) representar ao Juiz da Infância e da Juventude nos casos de

irregularidades em entidades de atendimento ou infração administrativa às normas de proteção à criança e ao adolescente, para o fim de aplicação de medidas e penalidades administrativas pela Autoridade Judiciária (arts. 95, 191 e 194, ECA);

l) representar ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do pátrio poder. Em caso de maus tratos ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsáveis e havendo necessidade de ser afastado o agressor da companhia da criança ou adolescente, o Conselho Tutelar comunicará imediatamente os fatos ao Promotor de Justiça da Infância e da Juventude (arts. 130 e 201, III, ECA);

m) encaminhar ao Ministério Público da Comarca todos os casos que exijam sua iniciativa em juízo; e

n) desempenhar quaisquer outras atividades, desde que compatíveis com as finalidades previstas no Art. 131 da Lei Federal nº 8.069/90, para o mais perfeito esgotamento dos objetivos de sua instituição;

III - atender denúncias feitas pelas crianças, adolescentes, famílias, comunidades e cidadãos;

IV - exercer funções de escutar, orientar, aconselhar, encaminhar e acompanhar os casos envolvendo interesses das crianças e dos adolescentes;

V - aplicar as medidas protetivas pertinentes a cada caso a crianças, adolescentes e suas respectivas famílias;

VI - fazer requisições de serviços públicos necessários à efetivação do atendimento adequado de cada caso;

VII - contribuir para o planejamento e a formulação de políticas públicas e planos municipais de atendimento à criança, ao adolescente e às suas famílias; e

VIII - acompanhar a elaboração do orçamento público municipal, visando a assegurar a previsão dos recursos necessários à implementação e/ou adequação de programas e serviços destinados a atender as principais demandas existentes.

Art. 24. Poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme o caso, as seguintes medidas:

- a) encaminhamento aos pais ou responsáveis, mediante termo de responsabilidade;
- b) orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- c) matrícula e frequência obrigatória em estabelecimento oficial de ensino fundamental;
- d) inclusão em programa comunitário ou oficial de auxílio à família, à criança e ao adolescente;
- e) requisição de tratamento médico, psicológico ou psiquiátrico em regime hospitalar ou ambulatorial;
- f) inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento à alcoólatras e toxicômanos;
- g) abrigo em entidade assistencial; e
- h) atender e aconselhar os pais ou responsáveis pela criança ou adolescente em situação de risco

Art. 25. Aplica-se ao Conselho Tutelar a regra de competência constante no art. 147 da Lei nº 8.069/90.

CAPÍTULO IV**DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES**

Art. 26. Todos os procedimentos para a escolha dos conselheiros tutelares serão realizados sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e a fiscalização da Promotoria de Justiça da Comarca de São Lourenço do Oeste/SC (art. 139, ECA).

Art. 27. Os conselheiros serão escolhidos em sufrágio universal e direto pelo voto facultativo e secreto dos cidadãos do município eleitoralmente habilitados, em processo de escolha presidido pela Comissão Organizadora formada pelo Conselho Municipal dos

Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Podem votar os maiores de 16 anos, inscritos como eleitores no município até 03 (três) meses antes do processo de escolha.

§ 2º Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar candidatura de Conselheiro Tutelar quando comprovadamente ocorrer uma das seguintes hipóteses:

I - abuso de poder econômico no processo eleitoral para escolha dos conselheiros tutelares considerando-se tal os casos previstos pela Lei Federal nº 9.504/1997;

II - a mobilização de recursos físicos ou financeiros pertencentes a organizações não governamentais, partidos políticos ou entidades religiosas em benefício de candidatura dos conselheiros tutelares;

III - a promessa de vantagem ou recompensa a qualquer eleitor a fim de motivá-lo a participar do processo, sendo vedada, inclusive, a oferta de transporte no dia em que ocorrer a eleição; e

IV - a vinculação político-partidária ou ideológica de candidatura.

§ 3º O pedido de impugnação deverá ser encaminhado ao Ministério Público da Comarca, cujo Órgão tomará as medidas que entender cabíveis.

Art. 28. O CMDCA determinará, por resolução, o processo de seleção dos candidatos, devendo dispor, entre outras matérias sobre o edital das candidaturas, a forma e prazos para as impugnações, os atos preparatórios, a eleição propriamente dita, a apuração dos votos, a proclamação dos eleitos, sua diplomação e posse.

§ 1º O CMDCA fará afixar editais no mural do prédio da Prefeitura Municipal, e publicá-lo no Diário Oficial dos Municípios e em pelo menos um jornal de grande circulação no Município.

§ 2º O Presidente do CMDCA comunicará ao Promotor de Justiça da Comarca o início do processo de escolha, encaminhando-lhe cópia do Edital.

Art. 29. A candidatura é individual e sem vinculação a partido político.

Seção I**DAS CANDIDATURAS**

Art. 30. Somente poderão concorrer ao processo de escolha os candidatos que preenchem, até o encerramento das inscrições, os seguintes requisitos:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a 21 anos;

III - residir no município há mais de 2 (dois) anos;

IV - possuir o ensino médio completo;

V - estar em gozo dos direitos políticos;

VI - ter noção básica de Informática o que deverá ser comprovado mediante a apresentação de certificado da realização do curso;

VII - possuir Carteira Nacional de Habilitação, em situação regular;

VIII - não ocupar cargo comissionado na Administração Pública Municipal; e

IX - não ocupar cargo eletivo, de natureza político – partidária.

Parágrafo único. Serão exigidas para a comprovação da idoneidade moral a que se refere o inciso I, do "caput" deste artigo, certidões dos Cartórios Judiciais das Comarcas nas quais tenha o pretendente a candidato residido nos últimos 5 (cinco) anos, que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo processo criminal ou demandar, na área cível, contra incapazes, tanto no pólo passivo quanto no ativo, excetuadas as ações nas quais requer adoção e guarda de menor, sob pena de indeferimento do pedido de registro de candidatura.

Art. 31. Não poderão se candidatar as pessoas que tiverem seus direitos políticos suspensos ou cassados, nos termos do Art. 15, da Constituição Federal, bem como os inelegíveis, nos termos do

§ 4º, do Art. 14, da Constituição Federal.

Art. 32. Encerrado o prazo para registro das candidaturas, a Comissão Organizadora fará publicar edital na imprensa local, informando o nome dos candidatos registrados e fixando o prazo de 05 (cinco) dias, contados da publicação, para o recebimento de impugnações conforme previsões do edital de processo eleitoral.

Art. 33. Desejando candidatar-se a outro cargo eletivo, o Conselheiro, no exercício de seu mandato deverá renunciar ao cargo, com no mínimo 90 dias de antecedência ao pleito.

Parágrafo único. Na hipótese de o Conselheiro não renunciar expressamente ao cargo, o registro de sua candidatura para concorrer a cargo eletivo, implica em renúncia tácita do cargo de Conselheiro.

Art. 34. Os casos omissos quanto à eleição dos conselheiros tutelares serão regulados subsidiariamente, pelas disposições do Código Eleitoral Federal (Lei Federal nº 9.504/1997).

Seção II**DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL**

Art. 35. O processo de escolha será publicado pelo presidente do CMDCA, através de edital publicado na imprensa local, no mínimo 02 (dois) meses antes do término do mandato vigente, dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 36. O CMDCA providenciará a divulgação, nos órgãos de imprensa local, dos nomes e respectivos currículos dos candidatos a conselheiros, devendo tomar as medidas necessárias para estimular a participação dos eleitores no processo eleitoral, podendo, para tanto, viabilizar espaço em emissoras de rádio, a fim de que os candidatos possam utilizar-se do referido meio de comunicação para divulgar sua candidatura.

Parágrafo único. As medidas adotadas pelo CMDCA, referidas no caput, deverão se dar de forma que atendam todos os candidatos de maneira igualitária, possibilitando que os mesmos concorram em igualdade de condições.

Art. 37. O CMDCA regulamentará a forma de propaganda e material de campanha dos candidatos, ficando proibida a propaganda por meio de anúncios luminosos, faixas, cartazes ou inscrições em qualquer local público ou particular.

Art. 38. Para evitar fraudes nas eleições e garantir a participação e a lisura do processo, o CMDCA poderá buscar parceria com o Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina (TER/SC), através do Juiz eleitoral da Comarca, inclusive na obtenção de urnas eletrônicas ou urnas convencionais, bem como cópia da lista geral dos eleitores do município.

Parágrafo único. Na eventual hipótese de se fazer necessária a confecção de cédulas de votação, estas serão de responsabilidade do Poder Público Municipal, mediante modelo previamente aprovado pelo CMDCA.

Art. 39. Aplicam-se, no que couberem, as disposições da legislação eleitoral no tocante exercício do sufrágio direto e apuração dos votos.

Art. 40. A medida em que os votos forem sendo apurados, poderão os candidatos apresentar impugnações, as quais serão decididas de pronto pelos representantes do CMDCA, em caráter definitivo.

Art. 41. A desobediência às regras estabelecidas nesta lei durante o período que anteceder à eleição, e na data da realização desta, implicará ao candidato pena de inelegibilidade, se apuradas antes do pleito, e em perda do mandato, se apuradas posteriormente. Parágrafo único. A caracterização da violação será apurada em

procedimento judicial por provocação do Ministério Público.

Seção III

DA PROCLAMAÇÃO DO RESULTADO, NOMEAÇÃO, POSSE DOS ELEITOS E VACÂNCIA

Art. 42. Concluída a apuração dos votos, o presidente do CMDCA proclamará o resultado da votação, fazendo publicar os nomes dos candidatos e o número de sufrágios recebidos.

§ 1º Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato de mais idade.

§ 2º Os eleitos serão nomeados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, e tomarão posse no cargo no dia imediatamente subsequente ao término do mandato de seus antecessores.

Art. 43. Ocorrendo a vacância do cargo assumirá o suplente que houver obtido o maior número de votos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data de publicação da convocação.

Art. 44. Percebida a ausência de suplentes na lista de espera, serão adotadas as seguintes medidas:

I - faltando metade ou mais do mandato, será realizada nova eleição para escolha de 05 (cinco) suplentes; e

II - faltando menos da metade do mandato, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA escolherá três nomes de pessoas de reconhecida idoneidade moral que atendam os requisitos previstos nos artigos 30 e 31 desta Lei, exigidos para o exercício da função de conselheiro, para que assumam a posição de suplentes.

§ 1º No caso previsto no inciso II, quando houver abertura de vaga para titular, está será preenchida por membro escolhido pelo CMDCA.

§ 2º O conselheiro que assumir o mandato como titular, em decorrência de vacância da vaga por desistência ou perda de mandato de conselheiro, em período de um ano ou menos, este não será computado para fins de nova eleição.

Seção IV

DOS IMPEDIMENTOS E VEDAÇÕES

Art. 45. São impedidos de servir no mesmo Conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado (art. 140 do ECA).

§ 1º Em razão das disposições constantes do caput deste artigo, será permitido o registro das candidaturas das pessoas que possuírem o grau de parentesco mencionado, porém, em caso de restarem eleitos mais de um candidato, somente tomará posse o mais votado.

§ 2º Estende-se o impedimento de conselheiro, na forma deste artigo, em relação à Autoridade Judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

Art. 46. É vedado ao conselheiro tutelar, considerando-se falta grave, quaisquer uma das seguintes condutas:

I - usar sua função pública para fazer proselitismo político partidário;

II - usar da função em benefício próprio;

III - divulgar, por qualquer meio de comunicação, nome de criança ou adolescente a quem se atribua ato infracional, bem como qualquer ato ou documento de procedimento policial, administrativo ou judicial, relativo a tal fato, na forma dos arts. 143 e 247 da Lei Federal nº 8.069/90;

IV - manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exorbitar sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

V - recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições quando em expediente de funciona-

mento do Conselho Tutelar;

VI - aplicar medida de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VII - deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido;

VIII - exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos desta Lei; e

IX - cobrar ou receber, em razão do cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências.

Art. 47 - Constatada a falta grave, será aplicado ao conselheiro uma das seguintes sanções:

I - advertência – aplicada nas hipóteses previstas nos incisos IV, V, VII e IX;

II - suspensão não remunerada de 01 (um) a 03 (três) meses - aplicada nas hipóteses previstas nos incisos (ocorrendo reincidência) I, II, V, IX e na hipótese prevista no inciso VI, quando irreparável o prejuízo decorrente da falta verificada; e

III - perda da função, em caso de reincidência.

§1º Considera-se reincidência quando o conselheiro tutelar cometer nova falta grave, depois de já ter sido penalizado, irrecoravelmente, por infração anterior.

§ 2º A aplicação da penalidade de perda da função quando, após a aplicação de suspensão não remunerada, o conselheiro tutelar cometer nova falta grave.

Art. 48. É vedado ainda ao conselheiro tutelar, sob pena de perda do mandato:

I - transferir sua residência para fora do município de São Lourenço do Oeste - SC;

II - faltar, consecutivamente ou alternadamente, sem justificativa, as sessões do Conselho Tutelar no espaço de um ano, conforme limites explícitos em Lei Municipal; e

III - for condenado, por sentença irrecorrível, pela prática de crime doloso, contravenção penal ou pela prática de infrações administrativas previstas na Lei Federal nº 8.069/90.

Seção V

DOS PROCEDIMENTOS PARA APLICAÇÃO DA PENA

Art. 49. As infrações cometidas pelo conselheiro serão apuradas através de inquérito administrativo instaurado pelo voto da maioria absoluta dos membros do CMDCA.

Art. 50. A cassação dar-se-á através da votação favorável da maioria qualificada de dois terços (2/3) do colegiado pleno do CMDCA.

Art. 51. Consumada a perda de mandato, o CMDCA declarará vago o cargo, dando posse imediata ao primeiro suplente.

Art. 52. A penalidade a ser aplicada ao conselheiro, inclusive a perda do mandato, será aprovada pelo CMDCA, e convertida em ato administrativo do Chefe do Poder Executivo Municipal, cabendo ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente expedir Resolução declarando vago o cargo quando for o caso, situação em que o Prefeito dará posse ao suplente.

Art. 53. As infrações éticas dos conselheiros tutelares serão apuradas por instância própria definida pelo Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, assegurada ampla defesa e o contraditório no processo administrativo.

Art. 54. Ocorrendo vacância ou afastamento de qualquer de seus membros titulares, independente das razões, deve ser procedida imediata convocação do suplente para o preenchimento da vaga e a consequente regularização de sua composição.

Art. 55. Na hipótese de vacância ou de substituição temporária por férias ou outra licença permitida ao titular, será convocado a assumir a vaga um suplente.

CAPÍTULO V**DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO E DA REMUNERAÇÃO DOS CONSELHEIROS**

Art. 56. O exercício efetivo da função de conselheiro, constituirá serviço público relevante, estabelecerá presunção de idoneidade moral e assegurará prisão especial, em caso de crime comum, até julgamento definitivo (art. 135 ECA).

Art. 57. O Conselho Tutelar elaborará o seu Regimento Interno, submetendo-o à aprovação do CMDCA.

Art. 58. O Chefe do Poder Executivo, ouvido o CMDCA e o Conselho Tutelar, providenciará local adequado para sua instalação, bem como todo o apoio necessário ao seu bom funcionamento.

§ 1º O CMDCA fixará, por resolução, ouvido o Conselho Tutelar, os dias e horários em que este dará atendimento ao público no local que lhe sirva de sede.

§ 2º A atuação do Conselho Tutelar, porém, será permanente, mantendo plantão para atender os casos urgentes em qualquer dia e horário, inclusive noturno, na forma das resoluções do CMDCA e do Regimento Interno Conselho Tutelar, sendo que, as atividades desempenhadas em regime de plantão estão incluso na jornada de 40 horas semanais.

Art. 59. Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva, em tempo integral, com atuação de forma itinerante e preventiva, dando assim o mais completo e necessário atendimento à população infanto-juvenil local.

Parágrafo único. Por tratar-se de agentes públicos eleitos para mandato temporário, os conselheiros tutelares não adquirem, ao término do seu mandato, qualquer direito a indenizações ou à efetivação ou estabilidade nos quadros da Administração Pública Municipal.

Art. 60. As férias anuais dos conselheiros somente poderão ser gozadas por um de cada vez.

Art. 61. Os conselheiros tutelares são detentores de cargo eletivo, não pertencente ao quadro único de pessoal do Poder Executivo Municipal, porém, terão remuneração fixada pelo Chefe do Poder Executivo, aplicando-lhes, no que couber, as disposições da Lei Municipal nº 732/1992 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 62. Os recursos necessários ao pagamento da remuneração dos membros do Conselho Tutelar terão origem no Tesouro Municipal, sendo pagos através do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 63. O presidente do Conselho Tutelar será escolhido pelos seus pares, na primeira reunião dos eleitos logo após a posse, cabendo-lhe a presidência das sessões seguintes.

Parágrafo único. Na falta ou impedimento do presidente, assumirá a presidência sucessivamente, o conselheiro indicado pelos pares presentes na reunião.

Art. 64. As reuniões serão instaladas com no mínimo 03 (três) conselheiros.

Art. 65. As reuniões serão realizadas em dias úteis e as deliberações serão registradas em ata.

CAPÍTULO VI**DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS**

Art. 66. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 67. Revogam-se as disposições em contrário, em especial as leis nºs 731, de 13 de abril de 1992; 813 de 02 de agosto de 1993; 1.536 de 05 de setembro de 2005; 1.566, de 22 de dezembro de

2005; 1.671, de 31 de maio de 2007 e 1.737, de 19 de março de 2008.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de setembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.935

DECRETO Nº 3.935, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009.

ALTERA O DECRETO Nº 3.926, DE 16 DE SETEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições do seu cargo conferidas pelo artigo 55, VII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica alterado o art. 1º, inciso I do Decreto nº 3.926, de 16 de setembro de 2009, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º

I - Parte da Rua Mario Pagliosa com uma área de 3.528,01 m², remanescendo uma área de 30.762,27 m², sendo que a referida área abrange toda área de circulação o loteamento da área industrial, confrontando em conjunto: ao NORTE com a faixa de domínio da Rodovia SC 468 na extensão de 10,49m; ao SUL com uma área de Preservação Permanente na extensão de 10,992m; ao LESTE com o lote nº 06 na extensão de 110,78m, com lote nº08 na extensão de 99,57m; com lote nº 9 na extensão de 99,92m e com o lote nº 10 na extensão de 41,96m; ao OESTE com a Rua Mario Pagliosa na extensão de 356,503m. (NR)

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de setembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES

Prefeito Municipal

Decreto Nº 3.936

DECRETO Nº 3.936, DE 25 DE SETEMBRO DE 2009.

ALTERA O DECRETO Nº 3.916, DE 11 DE AGOSTO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE no uso de suas atribuições que lhe confere os incisos VII e IX da Lei Orgânica do Município, com base nas Leis Complementares Municipais nº 099, de 03 de fevereiro de 2009 e 056, de 14 de outubro de 2005,

DECRETA:

Art. 1º O Anexo Único do Decreto nº 3.916, de 11 de Agosto de 2009, que "dispõe sobre o quadro lotacional dos Cargos de provimento efetivo e comissionado de cada órgão do Município de São Lourenço do Oeste", passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo Único deste Decreto.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de setembro de 2009.

TOMÉ FRANCISCO ETGES,

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

(Decreto nº 3.936, de 25/09/2009)

QUADRO LOTACIONAL DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO E COMISSONADO DO MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE – SC

GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Assessor de Gabinete	AGA-1	01
Assessor de Comunicação	AGA-1	01
Assessor de Articulação	AGA-1	01
Analista Administrativo	3001	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Procurador Geral do Município	AGE-1	01
Procurador II	3027	01
Procurador	3019	01
Analista Administrativo – Bacharel em Direito	3001	02
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01

CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Controlador Geral do Município	AGE-1	01
Analista de Controle Interno	3021	01
Engenheiro Civil	3008	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01
Analista Administrativo – Ciências Contábeis	3001	01

CONTADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Contador Geral do Município	AGE-1	01
Contador	3005	01
Analista Administrativo – Ciências Contábeis	3001	01
Técnico em Contabilidade	0402	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	02

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal de Administração e Planejamento	AGS-1	01
Técnico em Administração	0401	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	03
Agente de Apoio Operacional	1001	10
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	01
Agente Administrativo	0201	01
Assistente Administrativo	0301	01

DIRETORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Planejamento e Gestão	AGD-1	01

GERÊNCIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Licitações e Compras	AGA-1	01
Técnico em Tributação	0409	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	02

GERÊNCIA DE RECURSOS HUMANOS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Recursos Humanos	AGA-1	01
Técnico de Ativ. Econômicas e Financeiras	2001	01
Agente Administrativo	0201	01
Agente de Apoio Operacional	1001	01

GERÊNCIA DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Manut. de Equip. e Veículos	AGA-1	01
Agente de Apoio Operacional	1001	01
Motorista	0205	01
Motorista Carga Pesada	0206	02
Vigia	0102	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	01
Operador de Máquinas II	0208	01
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	01

DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Tecnologia e Informação	AGD-1	01
Analista Administrativo – Anal. de Sistemas	3001	02
Técnico de Apoio Administrativo	2001	02

SECRETARIA MUNICIPAL DE FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal de Fazenda	AGS-1	01
Analista Administrativo	3001	01
Fiscal de Tributos e Obras	0411	01
Fiscal de Tributos Municipais	3010	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	02
Técnico em Contabilidade	0402	01

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal de Educação	AGS-1	01

DIRETORIA GERAL DE EDUCAÇÃO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor Geral de Educação	AGD-1	01

GERÊNCIA DE SUPERVISÃO PEDAGÓGICA		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Supervisão Pedagógica	AGA-1	01
GERÊNCIA DE APOIO ADMINISTRATIVO E OPERACIONAL		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Apoio Adm. e Operacional	AGA-1	01
Analista Administrativo	3001	02
Auxiliar de Biblioteca	0307	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	08
Agente de Apoio Operacional	1001	20
Psicólogo	3020	02
Nutricionista	3022	01
Fonoaudiólogo	3023	01
Motorista	0205	01
Motorista Carga Pesada	0206	01
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	07
Bibliotecário	3025	01
Articulador de Atividades da Biblioteca	3026	02
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
GABINETE DO SECRETÁRIO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal de Saúde	AGS-1	01
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Administração	AGD-1	01
Analista Administrativo	3001	02
Motorista	0205	02
Motorista Carga Pesada	0206	07
Assistente Administrativo	0301	01
Agente Administrativo	0201	01
Agente de Saúde Pública	0202	01
Auxiliar de Enfermagem	0306	02
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	04
Agente de Manutenção e Conservação	0203	01
Agente de Apoio Operacional	1001	19
Técnico em Enfermagem	2004	25
Técnico em Vigilância Sanitária	2007	01
Assistente Social	3003	01
Farmacêutico Bioquímico	3004	03
Enfermeiro	3006	11
Fisioterapeuta	3011	03
Médico – 20 Horas	3012	10
Médico – 40 Horas	3013	08
Médico Especialista – 20 Horas	3015	06
Odontólogo – 20 Horas	3017	05
Odontólogo – 40 Horas	3018	05
Odontólogo Especialista	3024	06
Psicólogo	3020	01
Técnico em Higiene Dental	2005	01
Médico Avaliador e Controlador	3014	01

Técnico de Apoio Administrativo	2001	03
Nutricionista	3022	01
GERÊNCIA DE APOIO OPERACIONAL		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Apoio Operacional	AGA-1	01
GERÊNCIA DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Vigilância Sanitária	AGA-1	01
DIRETORIA DE RELACIONAMENTO E HUMANIZAÇÃO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Relacionamento e Humanização	AGD-1	01
GERÊNCIA DE CONTROLE EPIDEMIOLÓGICO E SERVIÇOS CONVENIADOS		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Controle Epidem. e Serv. Conv.	AGA-1	01
GERÊNCIA DE ACOLHIMENTO AO CIDADÃO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Acolhimento ao Cidadão	AGA-1	01
SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO URBANO		
GABINETE DO SECRETÁRIO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal do Desenv. Urbano	AGS-1	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO URBANO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Planejamento Urbano	AGD-1	01
GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Planej. Urbano e Obras Públicas	AGA-1	01
Analista Administrativo	3001	01
Arquiteto	3002	01
Técnico em Topografia e Agrimensura	2006	01
Engenheiro Civil	3008	01
Tecnólogo em Edificações	3028	04
GERÊNCIA DE APOIO TÉCNICO E FISCALIZAÇÃO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Apoio Técnico e Fiscalização	AGA-1	01
Engenheiro Civil	3008	01
Analista Administrativo	3001	01
GERÊNCIA DE HABITAÇÃO		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Habitação	AGA-1	01
DIRETORIA DE SERVIÇOS URBANOS		
CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Serviços Urbanos	AGD-1	01

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA URBANA

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Infraestrutura Urbana	AGA-1	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	10
Operador de Máquinas II	0208	02
Agente de Apoio Operacional	1001	11
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	08
Agente de Manutenção e Conservação	0203	01
Agente de Constr. e Manut. de Obras Públ.	1002	05
Assistente de Obras e Serviços	0303	03

GERÊNCIA DE SERVIÇOS URBANOS E MEIO AMBIENTE

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Serv. Urbanos e Meio Ambiente	AGA-1	01
Motorista Carga Pesada	0206	01

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal do Desenv. Rural	AGS-1	01

DIRETORIA DE ESTÍMULO ÀS ATIVIDADES ECONÔMICAS RURAIS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Estím. às Ativ. Econômicas Rurais	AGD-1	01
Médico Veterinário	3016	02
Engenheiro Agrônomo	3007	02
Agente de Constr. e Manut. de Obras Públ.	1002	05
Assistente de Obras e Serviços	0303	03
Técnico de Apoio Administrativo	2001	03
Técnico em Agropecuária	2002	04
Agente de Apoio Operacional	1001	01
Assistente de Manutenção e Conservação	0302	01
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	02

GERÊNCIA DE INSPEÇÃO ANIMAL

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Inspeção Animal	AGA-1	01
Técnico em Agropecuária	2002	01

DIRETORIA DE INFRAESTRUTURA RURAL

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Diretor de Infraestrutura Rural	AGD-1	01

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DO DISTRITO FREDERICO WASTNER

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Ger. de Infraestr. do Distr. de Fred. Wastner	AGA-1	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	10
Operador de Máquinas II	0208	01
Agente de Apoio Operacional	1001	01
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	01

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Ger. de Infraestr. do Distr. de Pres. Juscelino	AGA-1	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	09
Operador de Máquinas II	0208	01
Agente de Apoio Operacional	1001	02

GERÊNCIA DE INFRAESTRUTURA DO DISTRITO DE SÃO ROQUE

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Ger. de Infraestr. do Distr. de São Roque	AGA-1	01
Agente de Oper. de Veíc. e Equip. Rodov.	1003	10
Operador de Máquinas II	0208	01
Agente de Apoio Operacional	1001	02

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal do Desenv. Social	AGS-1	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	02

GERÊNCIA DE PROTEÇÃO SOCIAL

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Proteção Social	AGA-1	01
Analista Administrativo	3001	01
Assistente Social	3003	04
Agente de Apoio Operacional	1001	03
Auxiliar de Serviços Gerais	0101	01
Psicólogo	3020	01

GERÊNCIA DE APOIO A PROGRAMAS SOCIAIS

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Gerente de Apoio a Programas Sociais	AGA-1	01

SECRETARIA MUNICIPAL DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

GABINETE DO SECRETÁRIO

CARGO	CÓDIGO	VAGAS
Secretário Municipal do Desenv. Econômico	AGA-1	01
Técnico de Apoio Administrativo	2001	01

São Lourenço do Oeste, SC, 25 de setembro de 2009.
TOMÉ FRANCISCO ETGES,
Prefeito Municipal

Retificação ao Processo 96/2008 TP 12

O MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, ATRAVÉS DA PORTARIA 301/2009, RETIFICA A ABERTURA DO PROCESSO LICITATÓRIO 96/2009, TOMADA DE PREÇOS 12/2009, por ausência de publicação no Diário Oficial do Estado, no que se refere abertura do processo. Desarte onde se lê data da abertura 05/09/2009 às 09:00, leia-se: 08/10/2009 às 09:00

São Lourenço do Oeste – SC, 21 de setembro de 2009.
TOMÉ FRANCISCO ETGES
Prefeito Municipal

São Pedro de Alcântara

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 396/2009

DECRETO Nº396/2009

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO

ERNEI JOSÉ STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o art. 5º da Lei nº 513/08:

DECRETA:

Art. 1º - Fica transferido o saldo dotação da mesma categoria de programação abaixo:

11 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

11.01.10.301.12.2035 -Func. e Manut. da Coord. da Saúde ... R\$ 20.000,00

Suplementação:

3.3.90.00.00.00.00.0002- Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Anulação:

3.1.90.00.00.00.00.0002 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 24 de setembro de 2009.

ERNEI JOSÉ STAHELIN

Prefeito Municipal

Decreto Nº 397/09

DECRETO Nº397/09

TRANSFERE SALDO DE DOTAÇÃO DENTRO DA MESMA CATEGORIA DE PROGRAMAÇÃO.

ERNEI JOSE STAHELIN, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara no uso de suas atribuições legal e de conformidade com a autorização que lhe confere o Art. 5º da Lei 513/08.

DECRETA:

Art.1º - Fica transferido o saldo de dotação dentro da mesma categoria de programação abaixo:

07 – SECRETARIA DE TRANSPORTE, OBRAS E SERVIÇOS PUBLICOS

07.01.15.452.22-2017 – Func. e Manutenção da Coord. de Serv. Públicos R\$5.000,00

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 5.000,00

06 – SECRETARIA DE TURISMO E CULTURA

06.01.13.392.6-2014 – Func. e Manutenção da Cultura R\$ 4.000,00

Anula:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 2.000,00

Suplementa:

3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 – Aplicações Diretas R\$ 4.000,00

04.01.12.361.4.2006 – Func. e Manutenção do Ensino Fundamental R\$ 819,47

Anula:

4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 – Aplicações Diretas R\$ 646,30

3.1.91.00.00.00.00.00.0.1.0081 – Aplicações Diretas R\$ 173,17

Suplementa:

3.1.90.00.00.00.00.00.0.1.0081 – Aplicações Diretas R\$ 819,47

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário

São Pedro de Alcântara, 24 de setembro de 2009

ERNEI JOSE STAHELIN

Prefeito Municipal

Schroeder

Prefeitura Municipal

Declaração de Dispensa de Licitação

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Prefeitura MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC, torna público aos interessados que o Exmo. Senhor Prefeito Municipal, nos termos do art. 24, V, da Lei nº. 8.666/93, conforme consta no processo de Dispensa de Licitação nº. 37/2009-PMS, declarou a Dispensa de licitação, para a contratação da empresa RM COMÉRCIO E SERVIÇOS AUTO ELETRICOS LTDA - ME, inscrita no CNPJ sob o nº 06.153.403/0001-57, estabelecida na Rua Barão do Rio Branco 50, Bairro Centro, Município de Schroeder/SC, com o valor total de R\$ 11.427,00 (Onze mil quatrocentos e vinte e sete reais), conforme orçamento constante no processo, cujo objeto é o seguinte: contratação de empresa especializada em conserto e montagem de pneus da frota da Prefeitura Municipal de Schroeder (SC).

A presente declaração encontra-se plenamente justificada conforme parecer da Assessoria Jurídica e os valores se apresentam compatíveis com o mercado, conforme anexo ao processo.

Nos termos do Artigo 26 e 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para a apresentação de recurso ou representação.

Schroeder (SC), 24 de setembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Declaração de Inexigibilidade de Licitação

DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura MUNICIPAL DE SCHROEDER, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder/SC, torna público aos interessados que o Exmo Sr. Prefeito Municipal, nos termos do artigo 25, III da Lei nº. 8.666/93, conforme consta no processo de Inexigibilidade de licitação nº. 08/2009-PMS, declarou Inexigibilidade de licitação, para a contratação da ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE – AMUSPE, inscrita no CNPJ nº. 07.453.253/0001-60, na Rua XV de Novembro, nº. 2.219, Sala B, Centro, na cidade de Pomerode/SC, CEP: 89.107-000, com o valor de R\$ 9.000,00 (Nove mil reais), conforme pedido constante no processo, cujo objeto é o seguinte: contratação de um grupo musical "Os Montanari" para o baile em comemoração ao aniversário de 45 anos de Emancipação Política do Município de Schroeder/SC.

A presente declaração encontra-se plenamente justificada con-



forme solicitação de contrato, bem como parecer da Procuradoria Municipal, conforme anexo ao processo.

Nos termos do Artigo 26 e 109, da Lei nº. 8.666/93, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para a apresentação de recurso ou representação.

Schroeder (SC), 25 de Setembro de 2009.

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato de Aditivo Nº A33/2009 - PMS

EXTRATO DE ADITIVO Nº. A33/2009 - PMS

Contrato Administrativo nº. 249/2008 - PMS

Processo Licitatório nº. 156/2008 - PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 66/2008 - PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: COMPANHIA ULTRAGAZ SA, inscrita no CNPJ sob o nº. 61.602.199/0157-30, estabelecida na Rodovia do Xisto, KM 15, Tomaz Coelho, na cidade de Araucária, Estado do Paraná, CEP 83703-440.

Objeto: Aditivo de valor considerando as quantidades necessárias e não previstas inicialmente.

Valor: R\$ 976,00 (Novecentos e setenta e seis reais).

Data da Assinatura: 24/09/2009

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº 82/2009-FMS

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 82/2009-FMS

Dispensa de Licitação nº. 18/2009-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com espaço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, Município de Schroeder - SC.

Contratada: ASSOCIAÇÃO PARA RECUPERAÇÃO DE ALCOOLATRAS TOXICOMANOS, inscrita no CNPJ sob o nº. 03.998.197/0001-98, estabelecida na Estrada Canela, poste 36, Distrito de Pirabeiraba, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.207-640.

Objeto: O objeto do presente contrato é a contratação de empresa para tratamento especializado e recuperação de adolescente dependente de substâncias psicoativas, álcool e drogas para suprir as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social da Prefeitura Municipal de Schroeder/SC.

Valor do Contrato: R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais).

Data da Assinatura: 25/09/2009

Vigência: 31/12/2009

FELIPE VOIGT

Prefeito Municipal

Videira

Prefeitura Municipal

Decreto Nº 9.260/09

DECRETO Nº 9.260/09, DE 24 DE SETEMBRO DE 2009.

NOMEIA MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto nos Decretos nº 1.079/85, 1.108/85 e 1.198/87 e, à vista do contido na Comunicação Interna da Secretaria de Turismo e Cultura,

DECRETA

Art. 1º Ficam nomeados, como integrantes do Conselho Municipal de Cultura, os seguintes membros:

- FÁBIO BOLZAN;
- SANDRA BALDO;
- SILVIA ZATTA;
- HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR;
- IVO BORTOLOZZO;
- LIA COLOMÉ;
- JOSÉ RENATO BORGES;
- CRISTIANE ZIMMER;
- CAROLINE MARTELLO.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 8.715/07.

Videira, 24 de setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 24 dias do mês de setembro de 2009.

HAMILTON ANTONIO ZARDO JÚNIOR

Secretário de Administração

PR 119/2009 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2009

REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 119/2009.

1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE CONVITE, FOLDER, CARTAZ, FOLDER PROGRAMA E IMPRESSÃO PARA MINIDOOOR, DESTINADOS À SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.

3. CREDENCIAMENTO: a partir das 16:00 horas do dia 09 de Outubro de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.

4. ABERTURA: às 16:15 horas do mesmo dia.

5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.

6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9034/3566-9012.

Videira/SC, 24 de Setembro de 2009.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

PR 29/2009 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2009-FMAS

O Prefeito Municipal de Videira através do Fundo Municipal de Assistência Social torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 29/2009-FMAS.

1. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE AULAS DE CULINÁRIA.

2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO.
3. CREDENCIAMENTO: a partir das 09:00 horas do dia 13 de Outubro de 2009, na Avenida Manoel Roque, nº 188, Videira/SC.
4. ABERTURA: às 09:15 horas do mesmo dia.
5. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital completo está disponível no site www.videira.sc.gov.br ou no Departamento de Licitações, no horário das 08:00 às 11:45 e das 13:30 às 17:45.
6. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9012/3566-9034.

Videira/SC, 25 de Setembro de 2009.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

